



## **RELATÓRIO E CONTAS**

**31 de Dezembro de 2015**

## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b><u>RELATÓRIO DE GESTÃO</u></b>	
1.1.	Nota introdutória	3
1.2.	Enquadramento económico	3
1.3.	Evolução da sociedade	4
1.4.	Política de remunerações	5
1.5.	Objetivos e políticas de gestão de riscos	8
1.6.	Estrutura e práticas do governo societário	10
1.7.	Perspetivas futuras	12
1.8.	Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício	12
1.9.	Relação entre a sociedade e a administração	12
1.10.	Proposta de aplicação de resultados	12
<b>2.</b>	<b><u>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</u></b>	
2.1.	Balanço	13
2.2.	Demonstração de Resultados	14
2.3.	Demonstração do Rendimento Integral	15
2.4.	Demonstração de Alterações no Capital Próprio	16
2.5.	Demonstração de Fluxos de Caixa	17
<b>3.</b>	<b><u>ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</u></b>	
3.1.	Nota introdutória	18
3.2.	Principais políticas contabilísticas	19
3.3.	Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas	38
3.4.	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	39
3.5.	Disponibilidades em outras instituições de crédito	40
3.6.	Crédito a clientes	41
3.7.	Ativos não correntes detidos para venda	46
3.8.	Outros ativos tangíveis	47
3.9.	Ativos e passivos por impostos	47
3.10.	Outros ativos	49
3.11.	Passivos detidos para negociação	50
3.12.	Recursos de outras instituições de crédito	51
3.13.	Movimentos nas provisões e nas imparidades	52
3.14.	Outros passivos	54
3.15.	Capital	55
3.16.	Outras reservas, resultados transitados e lucro do exercício	55
3.17.	Juros e rendimentos / encargos similares	56
3.18.	Rendimentos de serviços e comissões	57
3.19.	Encargos com serviços e comissões	58
3.20.	Outros resultados de exploração	59
3.21.	Custos com o pessoal	60
3.22.	Gastos gerais administrativos	61
3.23.	Proveitos por mercados geográficos e linhas de negócio	62
3.24.	Saldos e transações com entidades relacionadas	63
3.25.	Operações a prazo não vencidas à data de balanço	64
3.26.	Prestação de serviços de mediação de seguro ou de resseguro	64
3.27.	Divulgações relativas a instrumentos financeiros	66
3.28.	Gestão de capital	79
3.29.	Compromissos assumidos por / perante terceiros	80
3.30.	Passivos contingentes	80
3.31.	Acontecimentos subsequentes	81
<b>4.</b>	<b><u>RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS</u></b>	
4.1.	Certificação Legal de Contas	82
4.2.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	83

## **1. RELATÓRIO DE GESTÃO**

### **1.1 NOTA INTRODUTÓRIA**

A **FCA Capital Portugal Instituição Financeira de Crédito, S.A.** (adiante igualmente designada por “Sociedade” ou “FCA Capital”) foi constituída em 31 de Outubro de 1991 tendo a sua sede no Lagoas Park, Edifício 15, 2º piso, Porto Salvo. Em Maio de 2015 a Sociedade alterou a sua designação social de FGA Capital, Instituição Financeira de Crédito, S.A. para FCA Capital Portugal, Instituição Financeira de Crédito, S.A.. A FCA Capital tem por objeto o exercício das atividades legalmente consentidas às Instituições Financeiras de Crédito, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 186/2002, de 21 de Agosto, nomeadamente a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com exceção da receção de depósitos.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a atividade da Sociedade encontra-se segmentada nas vertentes de financiamento à aquisição a crédito de viaturas, novas e usadas, comercializadas em Portugal pelo Grupo Fiat, pela parceria comercial com a Jaguar e Land Rover e por outras marcas (Programa Finplus), na locação financeira mobiliária de viaturas, na locação financeira imobiliária, bem como no crédito ao consumo e no apoio de tesouraria.

Conforme indicado na Nota 3.15 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a FCA Capital é detida integralmente pelo *FCA Bank*, um Banco detido em partes iguais pela FCA Itália SpA (empresa do grupo Fiat Chrysler Automobiles) e CA Consumer Fiance SA (empresa do grupo Credit Agricole). Consequentemente, as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo encontram-se detalhados na Nota 3.24 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Todos os montantes apresentados no Relatório de Gestão e no Anexo às Demonstrações Financeiras são apresentados em Euros (com arredondamento às unidades), salvo se expressamente referido em contrário.

### **1.2. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

No contexto internacional, o ano de 2015 é mais um ano de ligeira recuperação económica verificada nos indicadores ao longo do ano, o que traduz os esforços da União Europeia em fazer face à crise económico-financeira que os Estados membros têm vindo a atravessar. Portugal continua a dar sinais de recuperação importantes, transmitindo confiança para o mercado europeu e mundial.

Contudo, manteve-se em Portugal a dificuldade de financiamento à economia, consubstanciada não só na dificuldade de acesso a linhas de crédito, mas também nos elevados *spreads* praticados para as linhas concedidas. A diminuição do capital disponível das famílias continua a condicionar a atividade económica no país.

## RELATÓRIO DE GESTÃO

De acordo com dados divulgados pelo Banco de Portugal, em 2015 Portugal registou um PIB de 1.5% e que revela a tendência de crescimento da economia portuguesa. Com base em indicadores importantes como este, podemos esperar um contínuo crescimento económico.

No setor automóvel, foram vendidos no mercado nacional em 2015 209.352 veículos ligeiros de passageiros e comerciais, representando um crescimento de 23.9% face ao ano anterior, de acordo com a ACAP (Associação Automóvel de Portugal).

Dos quais 178.496 foram veículos ligeiros de passageiros, correspondente a um crescimento de 25%. Os restantes 30.856 correspondem a veículos comerciais ligeiros, registando também um acréscimo significativo (17.9%) em relação a 2014.

De acordo com os dados disponibilizados pela ASFAC (Associação de Instituições de Crédito Especializado), o crédito concedido em 2015 pelas Instituições de Crédito Especializado ascendeu a cerca de 1.838 milhões de Euros, a quota de mercado da Sociedade em 2015 é de 0.7%.

No que respeita ao Leasing, o financiamento concedido em 2015 pelas Instituições de Crédito Especializado ascendeu a cerca de 390 milhões de Euros, a quota de mercado da Sociedade neste segmento é de 13%.

Fonte: ASFAC

Valores em Milhares de Euros			
CRÉDITO CLÁSSICO CONCEDIDO			
	2015	2014	Variação
OUTROS ASSOCIADOS	1.826.661	1.396.872	429.789
FCA CAPITAL	12.084	14.171	-2.087
Total	1.838.745	1.411.043	427.702
QUOTA MERCADO FCA	0,66%	1,00%	

Valores em Milhares de Euros

CARTEIRA CRÉDITO CLÁSSICO			
	2015	2014	Variação
OUTROS ASSOCIADOS	4.042.044	3.603.075	438.969
FCA CAPITAL	64.910	79.696	-14.786
Total	4.106.954	3.682.771	424.183
QUOTA MERCADO FCA	1,58%	2,16%	

Fonte: ASFAC

Valores em Milhares de Euros			
LEASING CONCEDIDO			
	2015	2014	Variação
OUTROS ASSOCIADOS	339.385	337.455	1.930
FCA CAPITAL	51.242	37.502	13.740
Total	390.627	374.957	15.670
QUOTA MERCADO FCA	13,12%	10,00%	

Valores em Milhares de Euros

CARTEIRA LEASING CONCEDIDO			
	2015	2014	Variação
OUTROS ASSOCIADOS	553.017	480.870	72.147
FCA CAPITAL	59.599	55.943	3.656
Total	612.615	536.813	75.802
QUOTA MERCADO FCA	9,73%	10,42%	

### 1.3. EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Com os indicadores económicos cada vez mais favoráveis, começamos a verificar um cenário de crescimento do crédito ao consumo de automóveis e nomeadamente do grupo FCA. A Sociedade concentrou a sua atenção na atividade comercial, principalmente no sector das frotas que tem vindo a crescer, tendo atingido os objetivos a que se propôs, e não descurou a sua atenção no rigor da análise de crédito, como também nos esforços na recuperação de crédito vencido, continuando a atuar sobre a vertente dos custos, e a apostar na contínua melhoria de processos.

## RELATÓRIO DE GESTÃO

O resultado líquido do exercício de 2015, no montante de de 3.021.084€, apresenta um crescimento de 79.6% face ao ano anterior. Este crescimento resulta da implementação das medidas de reestruturação que a Sociedade tem vindo a aplicar nos últimos anos, e que têm tido como objetivo adequar a empresa ao atual panorama económico.

Durante o ano de 2015 a Sociedade mudou de sede, passando para um polo empresarial onde se encontram muitas Instituições financeiras (Lagoas Park – Porto Salvo). Esta mudança teve dois objetivos principais:

- (i) a redução de custos; e
- (ii) a mudança para instalações mais modernas e adequadas à imagem que a Instituição pretende passar.

O ano de 2015 fica marcado pela inversão no decréscimo da carteira de crédito da Sociedade. A Sociedade conseguiu fazer crescer a sua carteira quebrando o ciclo em que se encontrava desde 2010, que se justifica essencialmente pelas diversas parceiras da Sociedade, que assim consegue captar mais volume de financiamento.

Assim, 2015 termina com um volume de crédito concedido de 137 milhões de Euros em 2015 face a 135 milhões de Euros em 2014. No segmento de *Retail Financing* o volume financiado cresce comparativamente ao ano anterior (68,1 milhões de Euros em 2015 e 59,7 milhões de Euros em 2014), resultado só possível de ter sido obtido mercê do esforço desenvolvido pela Sociedade

### 1.4. POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

A política de remunerações é descrita nos dois pontos mencionados abaixo, os quais se encontram previstos no *Budget* anual relativo a custos de Estrutura/Pessoal:

#### Aumentos de salário / Promoções de carreira

No início do ano, é solicitado pelo *Headquarter* a apresentação de uma proposta referente a aumentos de salários e promoções, tendo em conta o limite definido anualmente, a seletividade (nº de salários de colaboradores com aumentado/promoções), bem como o custo previsto do *Budget* anual.

As propostas são recolhidas pelo *Human Resources & General Services* junto dos Responsáveis de cada área e apresentadas ao *Country Manager* para avaliação e autorização. Posteriormente, são enviadas ao *Headquarter* para validação final. Os Responsáveis propõem os aumentos e as promoções com base:

1. Nos resultados do Sistema de Avaliação de Colaboradores (Sistema interno de avaliação internacional - PLM) que reúne as avaliações anuais de todos os colaboradores, nas componentes de Performance e Liderança.

2. No posicionamento do salário do colaborador em relação ao Estudo de Remunerações, facultado anualmente pelo *Headquarter*, onde é verificado o posicionamento do salário do colaborador face ao mercado.

Após a validação das propostas por parte do *Headquarter*, são atualizados os salários e promoções, sendo feita a comunicação aos colaboradores interessados no momento que produzem efeito.

#### Nova admissão de colaboradores

Os valores dos salários para novos Colaboradores baseiam-se na grelha salarial interna da Sociedade e em estudos de mercado atuais referentes às remunerações praticadas no mesmo sector de negócio, bem como a “negociação/acordo” efetuado no momento da seleção e recrutamento do novo Colaborador.

#### Estrutura da sociedade:

O Conselho de Administração da FCA Capital Portugal IFIC, SA é composto pelos seguintes elementos:

Carlo Federico Von Guggenberg - Presidente  
 Alberto Grippo - Administrador Delegado  
 Andrea Faina - Vogal  
 João Miguel dos Santos Leandro - Vogal  
 Joaquim Luiz Gomes - Vogal  
 Luca Parasacco - Vogal  
 Nuno Rodrigo Antunes da Mota Marques - Vogal

No exercício de 2015 os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer tipo de remuneração pelo exercício das suas funções nos órgãos de gestão da Sociedade, à exceção do vogal executivo Nuno Rodrigo Antunes da Mota Marques que iniciou funções em 10 de Julho de 2015 auferindo uma remuneração fixa anual, aprovada pela Assembleia Geral no início de cada mandato.

Remuneração	Componente		Total
	Fixa	Variável	
<u>Conselho de Administração</u>			
Dr. Nuno Rodrigo Antunes da Mota Marques	30.562	0	30.562
	30.562	0	30.562

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Conforme o previsto no n.º 3 do artigo 17.º do Aviso n.º 10/2011, de 29 de Dezembro, os colaboradores da Sociedade abrangidos pelo n.º 2 do artigo 1.º do referido Aviso auferiram as seguintes remunerações:

Remuneração	Número de beneficiários	Componente		Total
		Fixa	Variável	
<b>Quadros diretivos (exceto funções de controlo)</b>				
Finance	1	11.703	5.463	17.166
Credit	1	30.534	7.310	37.844
	2	42.237	12.773	55.010
<b>Quadros diretivos (com funções de controlo)</b>				
Compliance, Risk & Permanent Control	1	54.824	5.110	59.934
Audit	1	38.703	3.570	42.273
	2	93.527	8.680	102.207
<b>Totais:</b>	<b>4</b>	<b>135.764</b>	<b>21.453</b>	<b>157.217</b>

A componente variável é definida centralmente pelo acionista único FCA Bank em função, essencialmente, do resultado líquido consolidado do Grupo, do contributo da Sociedade para a obtenção do mesmo, bem como da *performance* individual do colaborador para esse desempenho.

Os honorários da Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foram os seguintes:

	2015	2014
Revisão Legal de Contas	31.500	45.410
Outros serviços de garantia de fiabilidade	46.410	34.400
	77.910	79.810

Durantes os exercícios de 2015 e 2014 a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas procedeu à faturação dos seguintes montantes:

	2015	2014
Revisão Legal de Contas	45.859	79.155
Outros serviços de garantia de fiabilidade	32.500	9.500
	78.359	88.655

## 1.5. OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCOS

### 1.5.1. Política de gestão do risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de existirem perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes com as quais são celebrados os instrumentos financeiros.

Em complemento ao Aviso 3/95 do Banco de Portugal, o qual define que o valor do crédito a clientes deve ser objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência, por forma a que reflitam, a todo o tempo, o seu valor realizável, a FCA tem implementadas metodologias de cálculo da imparidade da carteira de crédito que permitem assegurar a fiabilidade das fontes de informação utilizadas, a preparação da informação requerida de acordo com os requisitos descritos nos n.ºs 1.2, 2. e 3.2.3 a 3.2.5 do Anexo à Instrução n.º 5/2013, assim como a quantificação da imparidade sobre a carteira de crédito apurada e relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Em Agosto de 2015 foi introduzida uma *nova scorecard*, que substituiu os modelos anteriores que estavam em produção desde Março de 2008. A nova *scorecard* é única e aplicável a propostas para viaturas Novas e Usadas, substituindo os dois modelos anteriores.

A opção pela introdução de uma única *scorecard* foi também guiada pela diminuição nos últimos anos na ativação de operações para viaturas usadas, e consequentemente pela potencial redução da representatividade estatística que tal facto poderia comportar.

O *scoring* é atribuído para efeitos de aceitação da proposta do cliente, não sendo atualizado ao longo do contrato. Mensalmente é feita uma análise comparativa entre a produção ativada e os incidentes verificados nos primeiros meses de contrato, com janelas de observação a 3, 6, 9 e 12 meses, no sentido de aferir a qualidade das operações subscritas.

### 1.5.2. Política de gestão do risco de concentração

O risco de concentração de crédito corresponde ao risco de existir uma exposição ou grupo de exposições, com potencial para produzir perdas de tal modo elevadas que coloquem em causa a solvabilidade da Sociedade ou a capacidade para esta manter as suas principais operações.

Para os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros é efetuada uma análise individual.

A nível central da FCA Itália existe uma lista de contrapartes relevantes para a mesma, solicitando esta mensalmente à Sociedade detalhe das exposições relacionada com essas mesmas contrapartes.



### **1.5.3. Indicação das técnicas e modelos utilizados na avaliação, qualitativa e quantitativa, do capital interno e dos riscos, incluindo as técnicas de controlo e redução destes últimos**

A Sociedade utiliza metodologia interna para análise dos diversos riscos (crédito, financeiro, operacional, sistemas informáticos, estratégico, compliance, reputacional) sejam os mesmos endógenos, ou seja, gerados pela própria atividade, sejam exógenos, ou seja, provocados por atividades externas. A análise e administração destes riscos incluem a pesquisa e identificação das fontes de risco, a estimativa da sua probabilidade e avaliação dos seus efeitos, o planeamento de estratégias e procedimentos de controlo de riscos e a aplicação estratégica dessas medidas diante da incerteza.

Esta atividade é acompanhada centralmente pela casa mãe através dos reportes definidos para o efeito.

O projeto de gestão de riscos permite:

- i. Conhecer os riscos: definir os índices dos riscos chave e agir para diminuir os fatores de risco.
- ii. Criar uma cultura de controlo e métrica, analisando a performance (rentabilidade/risco) das atividades.
- iii. Proteger o património líquido, através de uma análise quantitativa e qualitativa dos riscos.

No que se refere ao risco de crédito é utilizado o método standard.

No âmbito do projeto de gestão de riscos, foi criado a nível de grupo uma base de dados de perdas internas, foi definido um fluxo de aprovação/revisão de produtos, processos e sistemas, e um programa de auditorias.

Como ferramentas qualitativas dispõe a empresa de fluxos de aprovação, mapeamento de processos e autoavaliações de riscos e controlos.

Ao longo do relatório e à medida que é efetuada a abordagem de cada risco é especificado o respetivo método de controlo.

### **1.5.4. Descrição do processo de agregação das avaliações dos riscos e dos efeitos de diversificação**

O processo de budget da Instituição desenrola-se num horizonte anual e por linha de negócio.

Considerada a natureza principal de cativa, o processo é fortemente integrado com o processo de budget da FCA Portugal S.A. e portanto os novos volumes financiáveis baseiam-se no andamento de matrícula previsto pelo importador.

Para além disso, e na sequência dos acordos comerciais estabelecidos com a Jaguar Land Rover e com a Maserati, a FCAC torna-se o *partner* financeiro de referência no próprio perímetro geográfico,

e portanto o processo de budget recebe como input também as previsões comerciais da JLR e da Maserati.

Coerente com o processo descrito, o andamento do custo do risco previsto é também avaliado e estimado de acordo com o andamento previsto para cada carteira e para o mercado.

São também efetuadas avaliações específicas sobre as necessidades financeiras esperadas, tendo em conta a evolução de cada atividade de negócio, com particular atenção às relativas coberturas, tendo em consideração a disponibilidade de financiamento do *Crédit Agricole*, através do acionista direto *CA Consumer Finance SA*, e o respetivo custo, estimado na base das melhores previsões de mercado disponíveis no momento da elaboração.

Tais previsões de tesouraria são objeto de avaliação com a Casa Mãe com periodicidade semanal. O processo de budget, que normalmente se concentra nos meses de setembro a novembro de cada ano, envolve a gestão de topo da FCAC e do Grupo.

Durante o ano estão previstas fases de revisão da performance esperada com base nos andamentos consuntivos integrados com a oportuna atualização das previsões de mercado e de eventuais novas linhas de negócio.

Com base mensal, a performance esperada é comparada com o consuntivo por linha de negócio com uma análise de detalhe dos desvios. A análise é partilhada com o management e com a Casa Mãe. O plano patrimonial segue o mesmo calendário e é consequentemente atualizado por ocasião de cada revisão de budget.

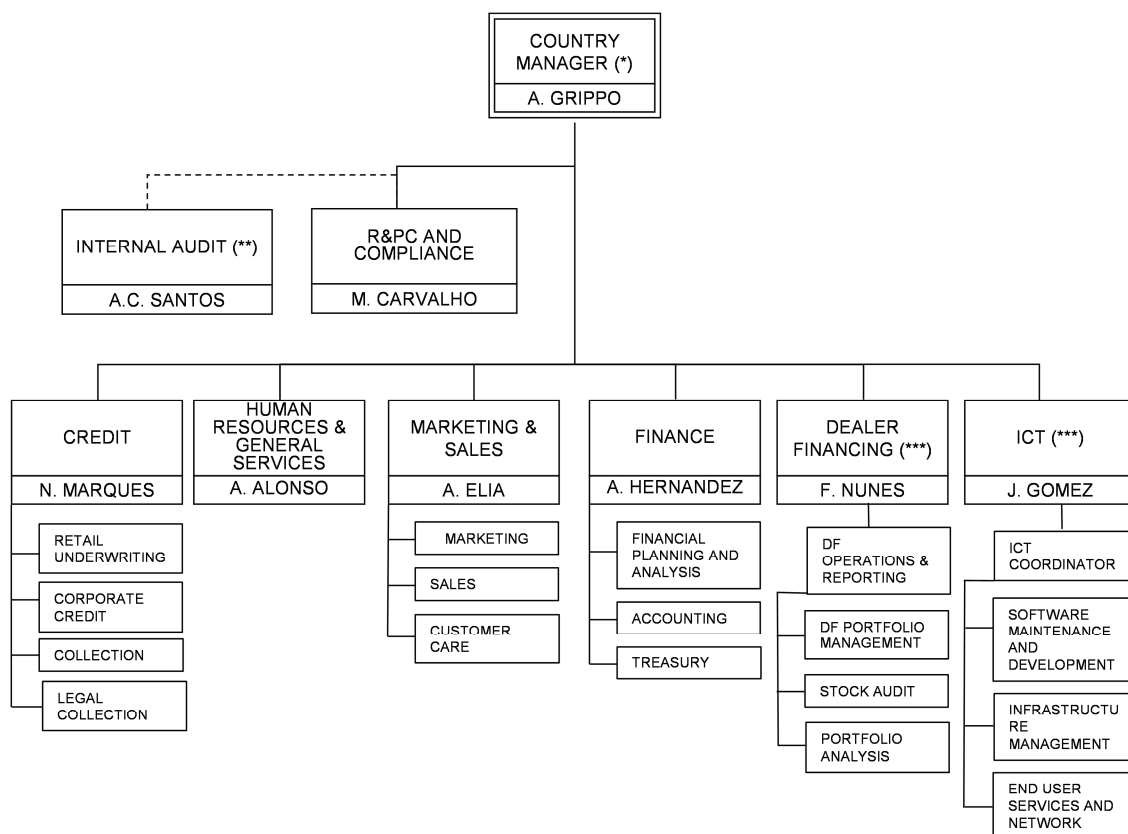
## 1.6. ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

A FCA Capital Portugal Instituição Financeira de Crédito, S.A. é uma sociedade anónima com sede no Lagoas Park, Edifício 15, 2º piso, Porto Salvo, tendo sido constituída em 31 de Outubro de 1991. O capital social da Sociedade é de 10.000.000 Euros, constituído por 2.000.000 de ações com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas na sua totalidade pelo *FCA Bank, S.p.A.*.

A sociedade tem como órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. O Conselho de Administração é composto por sete membros, conforme indicado na nota 1.4 deste relatório.

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Apresenta-se de seguida a estrutura organizacional da FCA Capital Portugal Instituição Financeira de Crédito, S.A.:



(\*) Administrador Delegado (\*\*) Esta função reporta directamente à Casa-Mãe (\*\*\*) Estas funções são contratadas a empresas do Grupo

O período mínimo para realização de assembleias-gerais é de um ano para efeito de apreciação e aprovação das contas anuais. A Assembleia Geral reunirá ainda sempre que o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal o julguem necessário ou quando for requerido por acionistas que representem, pelo menos, cinco por cento do capital social.

A Sociedade obriga-se pela assinatura conjunta de dois administradores, pela assinatura do Presidente do Conselho de Administração ou de outro Administrador Delegado ou por procuradores designados para determinados atos.

A gestão corrente está atribuída a um Administrador Delegado o qual define a estratégia para a Sociedade. Esta direção tem como função a coordenação da visão, da missão e dos objetivos a atingir em um determinado período.

### **1.7. PERSPETIVAS FUTURAS**

Durante o ano de 2015 a carteira de crédito da Sociedade cresceu, estando este fato em linha com a estratégia da Sociedade. Em 2015 verifica-se um crescimento das vendas de veículos ligeiros de passageiros e comerciais face a 2014 de 23,9%, o mercado automóvel começa a dar sinais positivos, no entanto este crescimento é ainda em grande parte sustentado pelas empresas de Rent a Car.

A Sociedade está consciente que será necessário manter e reforçar as boas relações com a Rede de Concessionários da Marca, acompanhando os parceiros neste clima económico difícil mas que começa aos poucos a melhorar. A Sociedade reduziu a estrutura de modo a adequar os seus recursos ao contexto de mercado existente.

Para 2016 a Sociedade mantém-se otimista quanto ao seu contínuo crescimento. No entanto o mesmo está sujeito à incerteza quanto à *performance* económico-financeira do país e à eventual necessidade de incremento de medidas de austeridade.

### **1.8. FATOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS**

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

### **1.9. RELAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E A ADMINISTRAÇÃO**

Durante o ano de 2015 não houve qualquer negócio entre a Sociedade e os seus Administradores.

### **1.10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Propõe-se que o resultado líquido positivo gerado na atividade do exercício, no montante de € 3.021.084, seja levado integralmente a resultados transitados, uma vez que o limite das reservas legais já foi ultrapassado.

Porto Salvo, 17 de Fevereiro de 2016



**O Conselho de Administração**

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

### 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.

Balanço em 31 de Dezembro de 2015 e 2014  
(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2015			2014
		Ativo antes de Provisões, imparidade e Amortizações	Provisões. Imparidade e Amortizações	Ativo Líquido	Ativo Líquido
<b>ACTIVO</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.4	150.251	0	150.251	449
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.5	767.572	0	767.572	377.726
Crédito a clientes	3.6 e 3.13	137.380.763	7.067.767	130.312.996	130.591.125
Ativos não correntes detidos para venda	3.7	434.274	188.832	245.442	276.510
Outros ativos tangíveis	3.8	38.818	12.131	26.687	48.579
Ativos por impostos diferidos	3.9	1.305.309	0	1.305.309	1.131.704
Outros ativos	3.10	2.176.803	52.791	2.124.012	1.057.675
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>142.253.790</b>	<b>7.321.521</b>	<b>134.932.269</b>	<b>133.483.768</b>

PASSIVO E CAPITAL	Notas	2015	2014
<b>PASSIVO</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	3.11	601.013	1.026.581
Recursos de outras instituições de crédito	3.12	37.033.952	41.442.068
Provisões	3.13	3.008.742	3.316.628
Passivos por impostos correntes	3.9	56.871	415.957
Outros passivos	3.14	7.916.780	3.988.707
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>48.617.358</b>	<b>50.189.941</b>
<b>CAPITAL</b>			
Capital	3.15	10.000.000	10.000.000
Outras reservas e resultados transitados	3.16	73.293.827	71.611.555
Resultado do exercício	3.16	3.021.084	1.682.272
<b>TOTAL DO CAPITAL</b>		<b>86.314.911</b>	<b>83.293.827</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL</b>		<b>134.932.269</b>	<b>133.483.768</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O ADMINISTRADOR DELEGADO





## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

### FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.

Demonstração de Resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014  
(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	2015	2014
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>			
Juros e rendimentos similares	3.17	7.053.611	8.419.518
Juros e encargos similares	3.17	(1.529.993)	(1.912.600)
<b>TOTAL DA MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>5.523.618</b>	<b>6.506.918</b>
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>			
Rendimentos de serviços e comissões	3.18	3.816.624	3.946.891
Encargos com serviços e comissões	3.19	(1.525.524)	(1.901.316)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados ( líquido )	3.11	355.826	193.426
Outros resultados de exploração	3.20	1.457.703	1.723.673
<b>TOTAL DO PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b>9.628.247</b>	<b>10.469.592</b>
<b>OUTRAS RUBRICAS</b>			
Custos com pessoal	3.21	(1.713.674)	(1.948.218)
Gastos gerais administrativos	3.22	(2.196.601)	(2.182.873)
Amortizações do exercício	3.8	(12.829)	(5.239)
Provisões líquidas de reposições e anulações	3.13	594.299	(701.408)
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	3.13	(2.065.755)	(2.555.755)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	3.13	(90.584)	(500.603)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>4.143.103</b>	<b>2.575.496</b>
<b>IMPOSTOS</b>			
Correntes	3.9	(1.295.623)	(1.452.178)
Diferidos	3.9	173.604	558.954
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS</b>		<b>3.021.084</b>	<b>1.682.272</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>3.021.084</b>	<b>1.682.272</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O ADMINISTRADOR DELEGADO



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015****FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.**

Demonstração do Rendimento Integral do período findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014  
( Montantes expressos em Euros )

RUBRICAS	Notas	2015	2014
Resultado líquido do exercício		3.021.084	1.682.272
Outro rendimento integral			
Itens que não são reclassificados pela demonstração de resultados			
Itens que poderão vir a ser reclassificados pela demonstração de resultados			
<b>Rendimento integral do exercício</b>		<b>3.021.084</b>	<b>1.682.272</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O ADMINISTRADOR DELEGADO



# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

## FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.

Demonstração de Alterações no Capital Próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014  
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital	Reservas legais	Reservas livres	Resultados transitados e outras reservas	Total de reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>		10.000.000	7.649.594	55.177.822	5.957.871	68.785.287	2.826.268	81.611.555
- Aplicação do resultado de 2014	3.15	-	282.627	2.543.641	-	2.826.268	(2.826.268)	-
- Resultado líquido do exercício de 2014		-	-	-	-	-	1.682.272	1.682.272
- Outros		-	-	(1)	1	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>		10.000.000	7.932.221	57.721.462	5.957.872	71.611.555	1.682.272	83.293.827
- Aplicação do resultado de 2014	3.15	-	168.227	1.514.045	-	1.682.272	(1.682.272)	-
- Resultado líquido do exercício de 2015		-	-	-	-	-	3.021.084	3.021.084
- Outros		-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>		10.000.000	8.100.448	59.235.507	5.957.872	73.293.827	3.021.084	86.314.911

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O ADMINISTRADOR DELEGADO



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

### FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.

Demonstração de Fluxos de Caixa  
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

( Montantes expressos em Euros )

RUBRICAS	2015	2014
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos</b>		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	8.934.970	11.485.211
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(3.230.839)	(3.892.268)
Recuperações de créditos incobráveis	1.356.264	1.444.670
Pagamentos ao pessoal	(1.766.027)	(1.908.798)
Pagamentos a fornecedores	(2.069.824)	(2.038.205)
Outros resultados	658.574	1.726.327
<b>Resultados operacionais antes das variações nos ativos e passivos</b>	<b>3.883.117</b>	<b>6.816.937</b>
<b>(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais</b>		
Crédito a clientes	1.935.265	13.860.928
Outros ativos	1.066.337	5.050.439
	<b>3.001.602</b>	<b>18.911.367</b>
<b>Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais</b>		
Recursos de outras instituições de crédito	(1.000.000)	(24.681.196)
Outros passivos	(3.705.362)	(86.476)
	<b>(4.705.362)</b>	<b>(24.767.672)</b>
<b>Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros</b>	<b>2.179.357</b>	<b>960.632</b>
Pagamentos de impostos sobre lucros	(1.654.709)	(982.534)
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>	<b>524.648</b>	<b>(21.902)</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	15.000	0
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>	<b>15.000</b>	<b>0</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>539.648</b>	<b>(21.902)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>378.175</b>	<b>400.077</b>
<b>Variação líquida de caixa e seus equivalentes</b>	<b>539.648</b>	<b>(21.902)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>917.823</b>	<b>378.175</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O ADMINISTRADOR DELEGADO



### 3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 3.1. NOTA INTRODUTÓRIA

A **FCA Capital Portugal, Instituição Financeira de Crédito, SA**, (adiante igualmente designada por “Sociedade” ou “FCA Capital”) foi constituída em 31 de Outubro de 1991 tendo a sua sede no Empreendimento Lagoas Park, Edifício 15, Piso 2 – 2740-262 PORTO SALVO. Em Maio de 2015 a Sociedade alterou a sua designação social de FGA Capital, Instituição Financeira de Crédito, S.A. para FCA Capital Portugal, Instituição Financeira de Crédito, S.A..

A FCA Capital tem por objeto o exercício das atividades legalmente consentidas às Instituições Financeiras de Crédito, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 186/2002, de 21 de Agosto, nomeadamente a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com exceção da receção de depósitos.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a atividade da Sociedade encontra-se segmentada nas vertentes de financiamento à aquisição a crédito de viaturas, novas e usadas, comercializadas em Portugal pelo Grupo Fiat e por outras marcas (Programa Finplus), na locação financeira mobiliária de viaturas, na locação financeira imobiliária, bem como no crédito ao consumo e no apoio de tesouraria.

Conforme indicado na Nota 3.15 deste Anexo, a FCA Capital é detida integralmente pelo *FCA Bank SpA*, uma instituição financeira detida em partes iguais pela *FCA Italy S.p.A* (empresa do Grupo Fiat Chrysler Automobiles) e pelo *Crédit Agricole Consumer Finance* (empresa detida a 100% pelo *Crédit Agricole, S.A.*). Consequentemente, as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo encontram-se detalhados na Nota 3.24.

Todos os montantes apresentados neste Anexo são apresentados em Euros (com arredondamento às unidades), salvo se expressamente referido em contrário.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Sociedade em 17 de Fevereiro de 2016. No entanto, nos termos do art.º 68º do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

### 3.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 3.2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da FCA Capital foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS / IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso n.º 1/2005, existem as seguintes exceções com impacto nas demonstrações financeiras da FCA Capital:

- i) Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor. Os proveitos são reconhecidos segundo a regra *pro rata temporis*, quando se tratem de operações que produzam fluxos residuais ao longo de um período superior a um mês, nomeadamente, juros e comissões;
- ii) Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos ativos classificados como crédito e contas a receber deverão ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, de acordo com o método referido na alínea anterior;
- iii) Provisionamento do crédito e contas a receber - são definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, com as alterações introduzidas pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 8/03, de 30 de Junho e pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro (Nota 3.2.3 a)). Este regime abrange ainda as responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga.

#### 3.2.2. Adoção de Normas Internacionais de Relato Financeiro Novas ou Revistas

As políticas contabilísticas adotadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com exceção, e sempre que aplicável à Sociedade, da adoção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia. Esta adoção não implicou efeitos na posição patrimonial e *performance* da Sociedade.

### **3.2.2.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas**

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

### **3.2.2.2. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício**

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (EU), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações, sem efeito nas demonstrações financeiras da sociedade:

#### **a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela EU aplicáveis a 2015**

##### **IFRIC 21 – Taxas**

Esta interpretação aplica-se a pagamentos impostos por entidades governamentais, que não estejam cobertos por outras normas (ex.: IAS 12), incluindo multas e outras penalidades por incumprimento de legislação. A interpretação clarifica que: (i) deve ser reconhecido um passivo quando ocorre a atividade que despoleta o pagamento tal como identificado na legislação relevante (ii) deve ser efetuado um acréscimo progressivo da responsabilidade ao longo do tempo se a atividade que despoleta o pagamento também ocorre ao longo do tempo de acordo com a legislação relevante e (iii) se o pagamento só é despoletado quando é atingido um limite mínimo, não deve ser reconhecido qualquer passivo até que tal mínimo seja atingido. Esta interpretação não estabelece qual deve ser a contrapartida do passivo, devendo ser tidas em conta as disposições das restantes normas para determinar se deve ser reconhecido um ativo ou um gasto.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 634/2014, de 13 de Junho), a Interpretação é aplicável a partir da data de início do seu primeiro exercício financeiro que comece em ou após 17 de junho de 2014. A aplicação é retrospectiva.

##### **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013**

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu três melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

##### **IFRS 3 – Combinações de Negócios**

Atualiza a exceção de aplicação da norma a “Acordos Conjuntos” clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um Acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio Acordo conjunto.

Clarifica que também as “Operações conjuntas” e não apenas os “Empreendimentos conjuntos” estão fora do âmbito da IFRS 3, e que esta exclusão refere-se apenas à

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

contabilização do acordo contratual nas demonstrações financeiras do próprio Acordo conjunto.

### **IFRS 13 – Mensuração ao Justo valor**

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção aplicável ao portfólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

### **IAS 40 – Propriedades de Investimento**

Clarifica que é à luz da IFRS 3 que se deve determinar se uma dada transação é uma combinação de negócios ou compra de ativos e não a descrição existente na IAS 40 a respeito de serviços de apoio que permite determinar a classificação de uma propriedade como sendo de investimento ou como sendo propriedade ocupada pelo dono.

- b) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela EU, aplicáveis a 2015 apenas se adotadas antecipadamente e desde que divulgada a adoção antecipada e satisfeitas as restantes condições requeridas:**

### **IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados**

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custo do serviço no período em que o serviço é prestado.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2015/29, de 17 de Dezembro de 2014), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2015. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

### **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012**

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu seis melhorias em cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:

**IFRS 2 – Pagamentos com base em Ações**

Atualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance.

**IFRS 3 – Combinações de Negócios**

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes classificados como passivos ou ativos relacionados com combinações de negócios, os quais passam subsequentemente a ser valorizados ao justo valor através de resultados, independentemente de estarem, ou não, no âmbito da IAS 39 (ou IFRS 9).

**IFRS 8 – Segmentos Operacionais**

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação dos segmentos.

A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

**IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 Ativos intangíveis**

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

**IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas**

Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2015/28, de 17 de Dezembro de 2014) as melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de fevereiro de 2015. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.



**IAS 16 e à IAS 41 – Plantas que geram produto agrícola**

As alterações à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto agrícola (por exemplo, árvores de fruto). A produção agrícola que cresce em plantas que geram produto agrícola (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito do IAS 41. Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2113/2015, de 23 de novembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece em ou após o primeiro dia do mês seguinte à entrada em vigor do regulamento, ou seja, em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

**IFRS 11 – Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas**

As emendas exigem que uma entidade que adquira uma participação numa operação conjunta em que a atividade dessa operação constitua um negócio, aplique, na proporção da sua quota parte, todos os princípios sobre combinações de negócios constantes da IFRS 3 – Combinações de Negócios e outras IFRS que não conflituem com a IFRS 11 e faça as correspondentes divulgações exigidas por tais normas relativamente a combinações de negócios.

As emendas também se aplicam se na formação da operação conjunta a entidade tiver contribuído com um negócio.

No caso de uma aquisição de uma participação adicional numa operação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitua um negócio, a participação anteriormente detida não deve ser remensurada se o operador mantiver o controlo conjunto.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2173/2015, de 24 de novembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece em ou após o primeiro dia do mês seguinte à entrada em vigor do regulamento, ou seja, em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é prospetiva.

**IAS 16 e à IAS 38 – Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos**

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que os rendimentos refletem um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e, portanto, não refletem os benefícios económicos que são

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

consumidos através do uso do ativo. Assim, a proporção de rendimentos gerados em relação aos rendimentos totais previstos gerar não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2231/2015, de 2 de dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece em ou após o primeiro dia do mês seguinte à entrada em vigor do regulamento, ou seja, em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é prospetiva.

### IAS 27 – Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas

O objetivo destas alterações é permitir a opção de usar o método da equivalência patrimonial na mensuração de subsidiárias e associadas em contas separadas. As opções de mensuração da IAS 27 para reconhecer investimentos em subsidiárias, joint-ventures e associadas passam a ser: (i) custo, (ii) em conformidade com o IFRS 9 (ou IAS 39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos.

Consequentemente foi também efetuada uma alteração na IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro com vista a permitir a quem adote as IFRS pela primeira vez e use a equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas possa também usufruir da isenção relativa a combinações de negócios passadas na mensuração inicial do investimento.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2441/2015, de 18 de dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016 com efeitos retroativos. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. É permitida a aplicação mais cedo. Se uma entidade aplicar estas emendas a um período anterior, deve divulgar esse facto.

### IAS 1 – Clarificação sobre divulgações no relato financeiro

As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

#### Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

### Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotais, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulado de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotais exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral os subtotais adicionais devem ser reconciliados com os subtotais exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subseqüentemente reclassificados para resultados do exercício.

### Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex.: grupos de atividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

### Divulgações

IAS 1 já não se refere a um "resumo" das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respetivas políticas significativas ou outras notas.

Deixam de ser aplicáveis os requisitos de divulgação da IAS 8 § 28-30 (ou seja, sobre as normas ainda não adotadas e aplicação inicial de uma norma).

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2406/2015, de 18 de dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016. É permitida a aplicação mais cedo. As entidades não necessitam de divulgar a informação exigida pelos parágrafos 28-30 da IAS 8 em relação a estas emendas.

**Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014**

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

**IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas**

Esta melhoria clarifica que a alteração de ativos não correntes detidos para distribuição a detentores de capital para ativos não correntes detidos para venda e vice-versa não determinam a alteração do plano devendo ser consideradas como uma continuação do plano original do ativo, e, portanto, não há interrupção dos requisitos exigidos pela IFRS 5. A aplicação deve ser prospetiva.

**IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações**

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras intercalares.

Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito à prestação de um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez. A aplicação deve ser retrospectiva.

**IAS 19 – Benefícios de Empregados**

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex.: Eurozone) e não nos mercados onde as obrigações foram emitidas. Quando não há mercado ativo para obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda podem ser usadas obrigações emitidas pelo Governo.

Esta melhoria aplica-se desde o início do primeiro período de comparação apresentado nas primeiras demonstrações financeiras às quais a entidade aplique a emenda. Qualquer ajustamento inicial resultante da aplicação da emenda deve ser reconhecido nos resultados retidos no início desse período.

**IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar**

As divulgações relativas a eventos e transações significativas passam a poder ser efetuadas, indistintamente, diretamente nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada para outros documentos de prestação de contas (ex.: Relatório de gestão ou relatório de risco). No entanto, considera-se que as demonstrações financeiras de intercalares estão incompletas se os respetivos utilizadores não tiverem acesso, nos mesmos termos e ao mesmo tempo, à informação incluída por referência cruzada.

A aplicação deve ser retrospectiva.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2343/2015, de 18 de dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016. É permitida a aplicação mais cedo. Se uma entidade aplicar essas emendas a um período anterior, deve divulgar esse facto.

**3.2.2.3. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias**

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 01 de Janeiro de 2016 e que a Sociedade não adotou antecipadamente são as seguintes:

**a) Ainda não endossadas pela UE:****IFRS 9 – Instrumentos financeiros (emitida em 24 de Julho de 2014)**

Esta norma foi finalmente completada em 24 de Julho de 2014 e o resumo, por temas, é o seguinte:

**Classificação e mensuração de ativos financeiros**

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo valor justo através do resultado integral (FVOCI) com subsequente reclassificação para resultados.

- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

### Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

### Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.
- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

**Contabilidade de cobertura**

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prossecutivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospectiva.

**IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto (Emendas emitidas em 11 de Setembro de 2014)**

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para associada ou empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospectiva.

**IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28 – Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação (Emendas emitidas em 18 de Dezembro de 2014)**

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se e só se a sua mãe for também uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras nas quais as subsidiárias sejam mensuradas ao justo valor.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Adicionalmente, clarifica-se que apenas uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimentos, fornecendo serviços de apoio à entidade de investimento, é consolidada – todas as restantes subsidiárias são mensuradas ao justo valor.

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou joint ventures que sejam entidades de investimento pode manter a valorização ao justo valor destas entidades nas suas subsidiárias.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

### **IFRS 14 – Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas (emitida em 30 de Janeiro de 2014)**

Esta norma permite que uma entidade, cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas, continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez. Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS. As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

A interpretação é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

### **IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes (emitida em 28 de Maio de 2014)**

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco etapas: (i) identificar o contrato com o cliente, (ii) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (iii) determinar o preço de transação, (iv) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (iv) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A interpretação é aplicável para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

#### **b) Já endossadas pela UE:**

Não existem normas já endossadas que entrem apenas em vigor após 2016 e cuja aplicação antecipada não seja permitida.

### **3.2.3. Instrumentos financeiros**

#### **a) Crédito a clientes e outros valores a receber**

Conforme descrito na Nota 3.5, estes ativos encontram-se registados ao valor nominal, de acordo com o Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.

O custo dos bens locados, bem como o financiamento de aquisições a crédito, líquido de quaisquer descontos obtidos ou antecipações de rendas, é registado como crédito concedido.

O capital vincendo associado a contratos não rescindidos, mesmo que tenham rendas e outros valores vencidos, mantém-se classificado como crédito em situação normal.

O capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados relativos a contratos ainda em vigor, deduzidos dos juros anulados, são registados na rubrica “Crédito e juros vencidos” (Nota 3.5). Estes montantes são registados por classes temporais contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registadas na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Na rubrica de “Créditos e juros vencidos” são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os contratos tenham sido rescindidos, por incumprimento das respetivas cláusulas contratuais por parte dos clientes. Nestas situações, o valor registado inclui também o capital vincendo na data de rescisão. Em geral, a Sociedade rescinde os contratos quando estes têm seis meses de prestações vencidas.



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

De acordo com as normas do Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

### Provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e riscos gerais de crédito

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas subsequentemente, nomeadamente pelo Aviso n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro), e outras disposições emitidas por aquela entidade, são constituídas as seguintes provisões para riscos de crédito:

#### i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital, juros e outros valores vencidos e não cobrados. O seu montante é apurado através da aplicação das percentagens mínimas de provisão indicadas no acima referido Aviso, segundo a antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados, tendo em conta a existência ou não de garantias. São excluídos da base de cálculo desta provisão os créditos concedidos ao Sector Público Administrativo (SPA).

#### ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital vincendo relativo a contratos que apresentem prestações em mora numa das seguintes situações:

- Excederem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos; e,
- Estarem em incumprimento há mais de: (i) seis meses nas operações com prazo inferior a cinco anos; (ii) doze meses nas operações com prazo igual ou superior a cinco e inferior a dez anos; e (iii) vinte e quatro meses nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

São ainda considerados créditos de cobrança duvidosa, os créditos vincendo sobre um mesmo cliente, se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Nesta circunstância, os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base em metade da percentagem aplicável aos créditos vencidos.

Periodicamente, a FCA Capital abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização das provisões constituídas. Em caso de eventual recuperação dos



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

referidos créditos, esta é reconhecida em resultados, na rubrica “Outros resultados de exploração” (Nota 3.20).

### iii) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo e trata-se de uma provisão de natureza genérica, destinada a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido não identificados especificamente.

Esta provisão é determinada pela aplicação de uma percentagem de 1% sobre a totalidade do crédito concedido (no que se refere a operações de crédito ao consumo a percentagem aplicável é de 1,5%), excluindo o que tenha sido objeto de constituição de provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa, bem com o que tenha sido concedido a entidades do Sector Público Administrativo.

Nos exercícios de 2001 e 2002 foram aceites como custo fiscal 50% dos reforços da provisão para riscos gerais de crédito. A partir de 1 de Janeiro de 2003, os reforços desta provisão deixaram de ser aceites fiscalmente como custo.

### b) Ativos e passivos financeiros

Os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os critérios definidos nas IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo seu justo valor.

#### 3.2.4. Outras provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, tais provisões encontram-se registadas no passivo e destinam-se a fazer face a eventuais contingências legais e fiscais.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

#### 3.2.5. Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, tal como preconizado na Norma IAS 39, nomeadamente, derivados contratados para cobertura de risco em

ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações para o justo valor positivas e negativas são registadas nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respetivamente.

### **3.2.6. Impostos**

#### **i) Imposto corrente**

O imposto corrente é calculado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a taxa efetiva de imposto. Para efeitos do apuramento do resultado fiscal, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente e os passíveis de serem deduzidos, respetivamente.

A Sociedade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida da derrama municipal à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, bem como derrama estadual à taxa de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a € 1.500.000 e inferior a € 7.500.000, atingindo desta forma uma taxa agregada de cerca de 27,5%.

#### **ii) Imposto diferido**

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizadas na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis, prejuízos fiscais ou créditos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, na medida em que as transações que os originaram sejam refletidas igualmente nos resultados do exercício.

### 3.2.7. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos, sendo divulgados nas respetivas notas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Um ativo contingente é um eventual ativo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controlo da Sociedade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

### 3.2.8. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida) deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com a sua vida útil estimada. As taxas de amortização praticadas traduzem-se nas seguintes vidas úteis estimadas dos ativos:

<u>Rubrica</u>	<u>Anos</u>
Instalações	10
Outro equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8

As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas como gasto do exercício, na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, líquida de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

### Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre:

- (i) o justo valor deduzido de custos para vender, e
- (ii) o valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é também reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### **3.2.9. Ativos não correntes detidos para venda**

Esta rubrica inclui ativos não correntes cuja quantia escriturada será recuperada principalmente através de uma transação de venda, ao invés de o ser pelo uso continuado, e que satisfazem as seguintes condições:

- Estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais para a venda de tais ativos;
- A sua venda é altamente provável, isto é:
  - i) A Administração da Sociedade está empenhada num plano para vender o ativo;
  - ii) Foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano;
  - iii) O ativo foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável em relação ao seu justo valor corrente; e
  - iv) A venda será concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Na data do reconhecimento inicial, os ativos não correntes detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender.

Qualquer redução inicial ou posterior do ativo para o justo valor menos os custos de vender é reconhecida como uma perda por imparidade. Qualquer ganho resultante de um aumento posterior no justo valor menos os custos de vender de um ativo é reconhecido, mas não para além da perda por imparidade cumulativa que tenha sido reconhecida anteriormente.

Enquanto estiverem classificados como detidos para venda, os ativos não correntes não são depreciados (ou amortizados).

### 3.2.10. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como “Caixa e seus equivalentes” o total dos saldos das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

### 3.2.11. Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

### 3.2.12. Comissões

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na origem das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações pelo método da taxa de juro efetiva nas rubricas de “Rendimentos de serviços e comissões” e “Encargos com serviços e comissões”.

### 3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### **3.3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIAÇÃO À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade, que podem afetar o valor dos ativos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

#### **3.3.1. Determinação de impostos sobre lucros**

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

Adicionalmente, os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

#### **3.3.2. Provisões e imparidade do crédito**

A determinação da provisão para créditos é efetuada de acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas subsequentemente, nomeadamente pelo Aviso n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro), e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal. Adicionalmente, a Sociedade constitui provisões com base no conhecimento da realidade dos seus clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A Sociedade adota um modelo de imparidade desenvolvido pela casa mãe (*FCA Bank S.p.A.*), o qual visa estimar adequados níveis imparidade coletiva e individual. A metodologia adotada para efeitos da estimativa de imparidade coletiva aplica-se à carteira de crédito e tem por base a análise das frequências históricas da probabilidade dos contratos atingirem um incumprimento superior a oito meses (PD) e perdas históricas incorridas (LGD).

A análise individual incide sobre os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros, sendo efetuada com recurso a informação financeira e informação histórica, entre outras informações.

**3.3.3. Avaliação dos colaterais nas operações de crédito**

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis e penhores de veículos automóveis, foram efetuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições do mercado, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data do balanço.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 – “Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros”.

**3.3.4. Justo valor dos instrumentos financeiros**

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros é apurado mensalmente em função de indicadores definidos, avaliados e transmitidos pela casa-mãe.

**3.4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS**

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Caixa	277	449
Depósitos à ordem em bancos centrais	149.974	0
	<u>150.251</u>	<u>449</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências criados pela aplicação do requisito de liquidez (LCR), conforme estipulado pelo Regulamento (UE) N.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

**3.5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Caixa Geral de Depositos, SA. ( CGD )	608.350	0
Banco Comercial Português, SA ( Millenium BCP )	154.339	360.604
Outros Bancos	4.883	17.122
	<u>767.572</u>	<u>377.726</u>

Os depósitos à ordem acima mencionados vencem juros às taxas normais de mercado.



### 3.6. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte composição à data de 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
<b><u>Crédito Vincendo:</u></b>		
<b><i>Retail Financing</i></b>		
Crédito Automóvel	52.269.282	64.124.071
Locadoras	33.908.955	31.504.975
Locação Financeira Mobiliária	21.405.602	19.435.447
Crédito Pessoal	917.170	1.313.234
Locação Financeira Imobiliária	699.495	847.556
<b><i>Dealer Financing</i></b>		
Jaguar / Land Rover	22.001.259	12.754.844
Maserati	692.349	377.174
Cash Advance	250.000	380.000
	132.144.112	130.737.301
<b><u>Crédito e Juros Vencidos:</u></b>		
<b><i>Retail Financing</i></b>		
Crédito Automóvel	2.728.259	2.516.720
Locação Financeira Mobiliária	897.324	1.177.648
Crédito Pessoal	123.438	94.587
<b><i>Dealer Financing</i></b>		
Cash Advance	864.000	864.000
Jaguar / Land Rover	62.302	41.249
Maserati	1.675	1.963
	4.676.998	4.696.167
<b><u>Outros</u></b>		
Prémios de seguro de contratos de locação financeira	358.529	319.933
	358.529	319.933
Total de crédito concedido	137.179.639	135.753.401
Juros a receber de crédito concedido	361.938	437.317
<b><u>Comissões diferidas com base na taxa efectiva ( proveitos ):</u></b>		
Comissões administrativas	(1.700.673)	(1.770.622)
Comissões de seguros	(1.024.599)	(1.175.357)
Comissões de campanhas	(271.922)	(148.979)
	(2.997.194)	(3.094.958)
<b><u>Comissões diferidas com base na taxa efectiva ( custos ):</u></b>		
Comissões de angariação de contratos	2.433.048	2.760.894
Comissões administrativas	403.320	472.320
Comissões de seguros	12	86
	2.836.380	3.233.300
Total de diferimentos	(160.814)	138.342
Crédito a clientes antes de depreciações e imparidades	137.380.763	136.329.060
Provisões para crédito e juros vencidos e para crédito de cobrança duvidosa	(7.067.767)	(5.737.935)
<b>Crédito a clientes líquido de depreciações e imparidades</b>	<b>130.312.996</b>	<b>130.591.125</b>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica “Credito vincendo – locadoras” representa o montante de crédito concedido a locadoras por um prazo máximo de 2 anos. Atualmente, por via da alteração contratual efetuada em 2015, a FCA Capital tem a opção de venda das viaturas retomadas à *Fiat Chrysler Automobiles Portugal, SA* (FCA Portugal), pelo valor das viaturas à data da retoma, não podendo o mesmo exceder o valor residual definido contratualmente (Nota 3.24).

À data de 31 de Dezembro de 2015 o crédito vivo e respetivo valor de retoma associado a esta rubrica ascendia a 6.522.573 Euros e 27.386.382 Euros, respetivamente (Em 31 de Dezembro de 2014 estes montantes eram respetivamente de 5.408.948 Euros e 26.096.027 Euros). Como garantia do cumprimento das responsabilidades pelas locadoras, a Sociedade dispõe de garantias bancárias geralmente de valor superior ao crédito concedido.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as rubricas “Crédito vincendo - Jaguar/Land Rover e Maserati” e “Crédito e juros vencidos - Jaguar/Land Rover e Maserati” referem-se a financiamentos concedidos a concessionários representantes das marcas “Jaguar”, “Land Rover” e “Maserati”, bem como a oficinas de reparação para a aquisição de veículos e peças daquelas marcas. Como garantia do cumprimento daquelas responsabilidades, a Sociedade dispõe de garantias bancárias que cobrem uma parte significativa do valor em dívida. Nas mesmas datas, o montante de crédito concedido, bem como as respetivas garantias bancárias afetas eram como segue:

2015				
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
Jaguar - Automóveis Lisboa, S.A.	7.427.363	10.891	7.438.254	1.375.000
Carclasse – Comércio de Automóveis, S.A.	5.829.638	11.112	5.840.750	1.150.000
Jaguar - Automóveis, S.A.	2.247.685	4.014	2.251.699	782.500
Fomento Industrial e Agrícola do Algarve, Lda.	1.645.554	2.810	1.648.364	487.500
M. Coutinho Porto – Comércio de Automóveis, S.A.	1.295.186	2.846	1.298.032	414.000
JOP – Veículos e Peças, S.A.	1.205.753	600	1.206.353	402.500
Auto - Sueco II Automóveis, S.A.	1.118.878	743	1.119.621	410.000
Ascendum II - Veículos, Unipessoal, Lda.	1.056.648	934	1.057.582	400.000
AML SPORT, S.A.	692.349	915	693.264	400.000
J. H. Ornelas & C <sup>a</sup> ., Sucessor, Lda.	149.733	49	149.782	227.500
Outros	24.821	29.063	53.884	200.000
	<u>22.693.608</u>	<u>63.977</u>	<u>22.757.585</u>	<u>6.249.000</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

2014				
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
Jaguar - Automóveis Lisboa, S.A.	2.883.231	8.891	2.892.122	1.375.000
Carclasse – Comércio de Automóveis, S.A.	3.449.829	5.300	3.455.129	1.150.000
Jaguar - Automóveis, S.A.	975.483	4.317	979.800	782.500
Fomento Industrial e Agrícola do Algarve, Lda.	2.134.597	3.639	2.138.236	487.500
M. Coutinho Porto – Comércio de Automóveis, S.A.	760.078	1.564	761.642	414.000
JOP – Veículos e Peças, S.A.	1.501.969	609	1.502.578	250.000
Auto - Sueco II Automóveis, S.A.	629.466	535	630.001	350.000
Ascendum II - Veículos, Unipessoal, Lda.	290.884	444	291.328	400.000
AML SPORT, S.A.	377.174	599	377.773	400.000
J. H. Ornelas & Cª., Sucessor, Lda.	67.264	19	67.283	227.500
Outros	62.043	17.295	79.338	210.000
	13.132.018	43.212	13.175.230	6.046.500

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as rubricas “Crédito vincendo e vencido – *Cash Advance*” refere-se essencialmente a empréstimos de curto prazo concedidos a concessionários e postos de venda enquadrados na política comercial da Sociedade (*Cash advance*). De acordo com os contratos celebrados, os concessionários e os postos de venda propõem-se colocar mensalmente na Sociedade contratos de financiamento a clientes de valor pelo menos igual ao do empréstimo concedido. Apresenta-se de seguida, nesta datas, a decomposição dos respetivos saldos:

2015			
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total
SGS CAR - Sociedade de Comércio de Automóveis, Lda.	200.000	0	200.000
Automeclis - Comércio de Automóveis, S.A.	50.000	0	50.000
Ficacém - Comércio e Reparação de Automóveis, S.A.	0	650.000	650.000
Funchalauto - Comércio e Indústria de Automóveis, Lda.	0	200.000	200.000
Outros	0	14.000	14.000
	250.000	864.000	1.114.000

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	2014		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total
SGS CAR - Sociedade de Comércio de Automóveis, Lda.	200.000	0	200.000
Automeclis - Comércio de Automóveis, S.A.	50.000	0	50.000
Ficacém - Comércio e Reparação de Automóveis, S.A.	0	650.000	650.000
Funchalauto - Comércio e Indústria de Automóveis, Lda.	0	200.000	200.000
Outros	130.000	14.000	144.000
	<u>380.000</u>	<u>864.000</u>	<u>1.244.000</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as rubricas "Comissões diferidas com base na taxa efetiva (custos)" corresponde a encargos suportados pela sociedade no âmbito do processo de aceitação e celebração de contratos junto da sua rede de captação de negócio.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Comissões diferidas com base na taxa efetiva (proveitos) - Comissões de campanhas" corresponde à comparticipação da FCA Portugal nas campanhas realizadas pela Sociedade. As comparticipações da FCA Portugal são recebidas no início dos contratos e diferidas de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Nos exercícios de 2015 e 2014, a Sociedade reconheceu em proveitos na rubrica "Juros e rendimentos similares – De campanhas" os montantes de 99.922 Euros e 30.808 Euros, respetivamente (Notas 3.17 e 3.24).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as rubricas "Comissões diferidas com base na taxa efetiva (proveitos) – Comissões administrativas" corresponde a valores de comissões cobrados aos clientes durante a celebração do contrato, bem como por diversos serviços prestados pela sociedade durante o decurso do mesmo.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as rubricas "Comissões diferidas com base na taxa efetiva (proveitos) – Comissões de seguros" corresponde a valores de comissões recebidas pela sociedade pela sua atividade de mediador de seguros junto da sua carteira de clientes.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o crédito vincendo apresenta a seguinte estrutura por prazos residuais de vencimento:

	2015	2014
Até 3 meses	11.440.296	13.187.543
De três meses a um ano	61.348.616	53.495.242
De um a três anos	38.405.620	40.477.821
De três a cinco anos	13.984.395	17.556.775
Mais de cinco anos	6.956.395	5.999.120
Indeterminado	8.790	20.800
	<u>132.144.112</u>	<u>130.737.301</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o crédito e juros vencidos apresenta a seguinte estrutura por antiguidade de saldos:

	2015	2014
Até 3 meses	271.050	334.306
De três meses a um ano	675.418	1.240.601
De um a cinco anos	3.597.251	3.117.481
Mais de cinco anos	133.279	3.779
	<u>4.676.998</u>	<u>4.696.167</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o crédito vincendo associado a contratos não rescindidos com crédito vencido há mais de 90 dias ascendia a 539.566 Euros e 4.242.315 Euros, respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as provisões constituídas para fazer face ao risco de crédito podem ser analisadas como segue:

	2015					
	Crédito e juros vencidos	Crédito de cobrança duvidosa	Riscos gerais de crédito	Total de Provisões Regulamentares	Ajustamento ao modelo de imparidade	Total
<b>Retail Financing</b>						
Locadoras	0	0	339.088	339.088	2.938.508	3.277.596
Crédito Automóvel	2.361.817	105.101	767.452	3.234.370	(376.128)	2.858.242
Locação Financeira Mobiliária	766.333	50.040	274.152	1.090.525	36.845	1.127.370
Locação Financeira Imobiliária	0	0	6.995	6.995	120.848	127.843
Crédito Pessoal	0	0	0	0	0	0
<b>Dealer Financing</b>						
Cash Advance	864.000	0	2.500	866.500	92.830	959.330
Jaguar / Land Rover	623	0	220.013	220.636	0	220.636
Maserati	17	0	6.923	6.940	0	6.940
	<u>3.992.790</u>	<u>155.141</u>	<u>1.617.123</u>	<u>5.765.054</u>	<u>2.812.903</u>	<u>8.577.957</u>
	2014					
	Crédito e juros vencidos	Crédito de cobrança duvidosa	Riscos gerais de crédito	Total de Provisões Regulamentares	Ajustamento ao modelo de imparidade	Total
<b>Retail Financing</b>						
Locadoras	0	0	315.049	315.049	2.165.836	2.480.885
Crédito Automóvel	1.967.627	49.297	942.975	2.959.899	(603.298)	2.356.601
Locação Financeira Mobiliária	836.442	72.185	237.953	1.146.580	91.349	1.237.929
Locação Financeira Imobiliária	0	0	8.476	8.476	(8.476)	0
Crédito Pessoal	68.840	14.330	19.289	102.459	9.277	111.736
<b>Dealer Financing</b>						
Cash Advance	860.500	0	3.800	864.300	107.898	972.198
Jaguar / Land Rover	10.343	11.816	127.312	149.471	83.949	233.420
Maserati	20	0	3.772	3.792	0	3.792
	<u>3.743.772</u>	<u>147.628</u>	<u>1.658.626</u>	<u>5.550.026</u>	<u>1.846.535</u>	<u>7.396.561</u>

A provisão para riscos gerais de crédito bem como as outras provisões encontram-se registadas no âmbito da rubrica provisões do passivo (Nota 3.13).

### 3.7. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica é composta por um imóvel recuperado pela Sociedade resultante da entrada em situação de incumprimento por parte do locatário de contrato de leasing imobiliário. O mesmo foi reavaliado à data de 31 de Dezembro de 2015 e 2014 originando um registo de perdas por imparidade conforme se segue:

	2015	2014
Ativos não correntes disponíveis para venda	434.274	434.274
Imparidade	(188.832)	(157.764)
	<u>245.442</u>	<u>276.510</u>

### 3.8. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	2014			2015		
	Valor de balanço (Bruto)	Amortizações e imparidades acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações e abates líquidos	Valor de balanço (Bruto)
Instalações	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	53.818	(5.239)	-	(12.829)	(9.063)	38.818
Ferramentas e utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>53.818</u>	<u>(5.239)</u>	<u>-</u>	<u>(12.829)</u>	<u>(9.063)</u>	<u>38.818</u>
						<u>(12.131)</u>

### 3.9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, designadamente em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), e pelo período de cinco anos em sede de Segurança Social, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2013 a 2015. Adicionalmente, e de acordo com o Artigo 63º do Código do IRC, a Autoridade Tributária e Aduaneira poderá efetuar as correções necessárias para a determinação do lucro tributável, sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado com base na contabilidade seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

Em virtude de diferentes interpretações da legislação fiscal poderão ser efetuadas eventuais correções pelas autoridades fiscais. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto corrente, relativa aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, pode ser demonstrada como se segue:

	2015		2014	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro considerado para apuramento do imposto		4.143.103		2.575.496
Imposto com base na taxa de imposto nominal	24,41%	1.011.491	25,75%	663.261
Tributação autónoma	0,99%	41.048	2,03%	52.211
Contribuição para o sector bancário	1,21%	50.311	1,99%	51.159
Correcções de estimativa do exercício anterior	0,03%	1.044	0,50%	12.968
Ajustamento tributário, líquido	0,44%	18.125	4,41%	113.625
	<b>27,08%</b>	<b>1.122.019</b>	<b>34,68%</b>	<b>893.224</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a taxa nominal de imposto foi apurada da seguinte forma:

	2015			
	Taxa de imposto	Lucro tributável	Imposto	Taxa nominal
Taxa normal de imposto	22,50%	1.500.000	337.500	8,15%
Taxa normal de imposto acrescida da derrama	25,50%	2.643.103	673.991	16,27%
		<b>4.143.103</b>	<b>1.011.491</b>	<b>24,41%</b>

	2014			
	Taxa de imposto	Lucro tributável	Imposto	Taxa nominal
Taxa normal de imposto	24,50%	1.500.000	367.500	14,27%
Taxa normal de imposto acrescida da derrama	27,50%	1.075.496	295.761	11,48%
		<b>2.575.496</b>	<b>663.261</b>	<b>25,75%</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, o imposto corrente a pagar foi determinado como segue:

	2015	2014
Estimativa de imposto corrente do exercício	1.295.623	1.439.210
Pagamentos por conta	(1.235.163)	(1.022.762)
Retenções de impostos na fonte	(3.589)	(491)
Imposto a recuperar / pagar	<b>56.871</b>	<b>415.957</b>



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

O movimento verificado nos ativos e passivos por impostos diferidos, durante os exercícios de 2015 e 2014 diz respeito essencialmente à constituição de provisões temporariamente não aceites como custo fiscal, conforme se segue:

Rubrica	Saldos a 31-12-2014	Reforços	Reversões	Transf. + / -	Saldos a 31-12-2015
Riscos gerais de crédito	24.833	0	0	0	24.833
Para imparidade do crédito	372.350	308.355	0	0	680.705
Imparidade e ajustamentos em imóveis	38.179	7.518	0	0	45.697
Outras provisões	696.342	0	(142.268)	0	554.074
	<u>1.131.704</u>	<u>315.873</u>	<u>(142.268)</u>	<u>0</u>	<u>1.305.309</u>

Rubrica	Saldos a 31-12-2013	Reforços	Reversões	Transf. + / -	Saldos a 31-12-2014
Riscos gerais de crédito	45.824		(20.991)	0	24.833
Para imparidade do crédito	42.744	329.606	0	0	372.350
Imparidade e ajustamentos em imóveis	0	38.179	0	0	38.179
Outras provisões	484.182	212.160	0	0	696.342
	<u>572.750</u>	<u>579.945</u>	<u>(20.991)</u>	<u>0</u>	<u>1.131.704</u>

### 3.10. OUTROS ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
<b>Devedores diversos</b>		
* FCA Portugal, S.A. ( Nota 3.24 )	69.923	245.123
* Concessionários	133.497	25.461
* Comissões de seguros	77.253	150.219
* FCA Dealer Services Portugal, S.A. ( Nota 3.24 )	0	59.987
* Jaguar Land Rover, Ltd.	144.000	60.000
* Contratos em receção	165.312	160.000
* Outros	247.732	292.763
<b>Setor Público Administrativo</b>		
* Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar	1.339.086	116.913
	<u>2.176.803</u>	<u>1.110.466</u>
Imparidade em outros ativos	(52.791)	(52.791)
<b>Outros ativos líquidos de imparidade</b>	<u>2.124.012</u>	<u>1.057.675</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica FCA Portugal corresponde, essencialmente, ao valor de retoma faturado pelas viaturas associadas a contratos celebrados com locadoras (Nota 3.6).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de “Comissões de seguro” corresponde às comissões a receber das seguradoras *Financial Insurance Company Limited* e *Financial Assurance Company Limited*, que atuam em Portugal sob a marca comunitária *Genworth Financial*, pela angariação de contratos de seguros associados aos contratos de locação financeira e de crédito ao consumo celebrados pela Sociedade. Adicionalmente, o saldo desta rubrica inclui os prémios a receber da *Genworth Financial* relativos a contratos rescindidos antecipadamente, bem como as comissões a receber relativamente ao último trimestre de 2015 e 2014.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de “Concessionários” refere-se, essencialmente, a débitos de Imposto Único de Circulação e à faturação de valores residuais de contratos de locação financeira efetuados a estes nos últimos dias do mês.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica FCA Dealer Services Portugal, SA. corresponde, essencialmente, a débitos efetuados relativos a imposto de circulação (IUC) e a reservas de propriedade que, à data ainda não se encontravam liquidados.

### 3.11. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica refere-se ao justo valor de operações de swaps de taxa de juro contratadas com a casa-mãe (*FCA Bank S.p.A*) (7 e 8 operações em 2015 e 2014, respetivamente). No âmbito de tais contratos, a Sociedade troca taxas de juro fixas por taxas de juro variáveis.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o justo valor dos swaps e os prazos residuais por montante nocional apresentam o seguinte detalhe:

2015								
Justo valor	Até 3 meses	> 3 meses ≤ 6 meses	> 6 meses ≤ 1 ano	> 1 ano ≤ 2 anos	> 2 anos ≤ 3 anos	> 3 anos ≤ 5 anos	> 5 anos	Valor nocional total
187.419	-	-	-	1.500.000	2.000.000	500.000	-	4.000.000
156.369	-	-	-	-	-	3.350.000	-	3.350.000
99.232	-	-	5.000.000	-	-	-	-	5.000.000
70.713	-	1.000.000	1.000.000	2.000.000	2.000.000	-	-	6.000.000
52.901	-	-	5.000.000	-	-	-	-	5.000.000
23.538	-	-	-	1.600.000	-	1.000.000	300.000	2.900.000
10.841	-	-	-	6.500.000	-	-	-	6.500.000
601.013	0	1.000.000	11.000.000	11.600.000	4.000.000	4.850.000	300.000	32.750.000

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

### 2014

Justo valor	Até 3 meses	> 3 meses ≤ 6 meses	> 6 meses ≤ 1 ano	> 1 ano ≤ 2 anos	> 2 anos ≤ 3 anos	> 3 anos ≤ 5 anos	> 5 anos	Valor nominal total
233.341	-	-	-	-	1.500.000	2.500.000	-	4.000.000
170.011	-	-	-	-	-	3.100.000	250.000	3.350.000
210.908	-	-	-	5.000.000	-	-	-	5.000.000
94.061	2.000.000	-	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	-	10.000.000
165.230	-	-	-	5.000.000	-	-	-	5.000.000
109.315	-	-	5.000.000	-	-	-	-	5.000.000
25.279	-	1.000.000	1.000.000	-	-	-	-	2.000.000
18.436	5.000.000	-	-	-	-	-	-	5.000.000
1.026.581	7.000.000	1.000.000	8.000.000	12.000.000	3.500.000	7.600.000	250.000	39.350.000

Os juros a pagar incluídos no apuramento do justo valor dos contratos de *swap* em aberto em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, nos montantes de 6.843 Euros e 76,585 Euros, respectivamente, foram registados por contrapartida da rubrica de “Juros e encargos similares” (Nota 3.17).

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados” da demonstração de resultados no montante de 355.826 e 193.426 Euros, respectivamente, refere-se ao impacto líquido da reavaliação das operações de derivados.

### 3.12. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
<b><u>À vista</u></b>		
* Descobertos bancários	0	3.302.536
<b><u>A prazo ou com pré-aviso</u></b>		
* Empréstimos de curto prazo	37.000.000	38.000.000
	37.000.000	41.302.536
Juros a pagar	33.952	139.532
	37.033.952	41.442.068

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os descobertos bancários encontravam-se domiciliados nas seguintes instituições financeiras e apresentavam as seguintes condições contratuais:

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	2015	2014	Limite Crédito	Remuneração
Caixa Geral de Depósitos	0	3.302.536	20.000.000	EUR 1M + 2,25%
	0	3.302.536	20.000.000	

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os empréstimos obtidos a prazo, ou com pré-aviso, encontravam-se domiciliados nas seguintes entidades:

	2015	2014
Caixa Geral de Depósitos	0	5.000.000
FCA Bank (Nota 3.24)	37.000.000	33.000.000
	37.000.000	38.000.000

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os empréstimos obtidos a prazo ou com pré-aviso apresentam a seguinte estrutura em função do seu prazo residual:

	2015	2014
Até três meses	37.000.000	38.000.000
	37.000.000	38.000.000

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os empréstimos de curto prazo venciam juros às taxas médias anuais brutas de 1,76% e 2,10%, respetivamente.

### 3.13. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADES

O movimento nas provisões até 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015					
	Saldos em 31.12.14	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	Saldos em 31.12.15
Crédito e juros vencidos (Nota 3.6)	3.743.772	1.786.238	(1.003.921)	(428.025)	-	4.098.064
Créditos de cobrança duvidosa (Nota 3.6)	1.994.163	2.899.310	(1.615.872)	0	(307.898)	2.969.703
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 3.7)	157.764	31.068	0	0	-	188.832
Imparidade de outros ativos (Nota 3.10)	52.791	0	0	0	-	52.791
	5.948.490	4.716.616	(2.619.793)	(428.025)	-	7.309.390
Riscos gerais de crédito (Nota 3.6)	1.658.626	959.703	(987.604)	0	-	1.630.725
Outras provisões	1.658.004	563.739	(1.130.137)	(21.488)	307.898	1.378.016
Para outras aplicações	-	59.516	0	(59.516)	-	-
	3.316.630	1.582.958	(2.117.741)	(81.004)	-	3.008.741
	9.265.120	6.299.574	(4.737.534)	(509.029)	-	10.318.131

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	2014					Saldos em 31.12.14
	Saldos em 31.12.13	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	
Crédito e juros vencidos (Nota 3.6)	2.848.441	6.695.865	(5.460.008)	(340.526)	-	3.743.772
Créditos de cobrança duvidosa (Nota 3.6)	366.367	4.752.534	(3.124.738)	-	-	1.994.163
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 3.7)	-	157.764	-	-	-	157.764
Imparidade de outros ativos (Nota 3.10)	-	52.791	-	-	-	52.791
	3.214.808	11.658.954	(8.584.746)	(340.526)	-	5.948.490
Riscos gerais de crédito (Nota 3.6)	1.841.296	825.262	(1.007.932)	-	-	1.658.626
Outras provisões	1.192.346	977.076	(453.687)	(57.731)	-	1.658.004
Para outras aplicações	-	342.839	-	(342.839)	-	-
	3.033.642	2.145.177	(1.461.619)	(400.570)	-	3.316.630
	6.248.450	13.804.131	(10.046.365)	(741.096)	-	9.265.120

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a Sociedade assumiu perante a FCA Dealer Services o risco de incobrabilidade das responsabilidades do produto *Cash Advance* dos concessionários abaixo indicados tendo constituído uma provisão para fazer face ao compromisso de recompra destes ativos e de compensação da FCA Dealer Services pelas perdas em que esta venha a incorrer resultante do processo de cobrança dos créditos.

	2015	2014
Mundaauto - Sociedade Comercial de Automóveis, S.A.	400.000	400.000
Fimafr - Automóveis e Equipamentos, Lda.	234.250	234.250
Rodosul-Companhia dos Veículos do Sul, S.A	0	400.000
	634.250	1.034.250

O valor de 400.000 Euros registado em Dezembro de 2014 foi contabilizado pela Sociedade como perdas (*Write off*), fruto do processo de insolvência apresentado pelo concessionário Rodosul no Tribunal da Comarca de Lisboa sob o número 189/12.6TYLSB.

Em 31 de Dezembro de 2015 a rubrica "Outras provisões" no total de 1.378.016 Euros inclui, conforme referido acima, 634.250 Euros para fazer face ao risco de incobrabilidade no produto *Cash Advance*, 297.565 Euros para cobrir desvalorizações de valores residuais, 309.201 Euros para cobrir custos com legalização de contratos resultantes da alteração de denominação social e 137.000 Euros para cobrir outros encargos operativos, nomeadamente indemnização solicitada pelo arrendatário das instalações sitas em Miraflores e despesas com acondicionamento de viaturas locadas.

**3.14. OUTROS PASSIVOS**

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b><u>Fornecedores</u></b>	104.823	106.236
<b><u>Credores diversos</u></b>		
* FCA Dealer Services Portugal, S.A. ( Nota 3.24 )	5.702.785	2.183.036
* FCA Italian Motor Village, S.A. ( Nota 3.24 )	5.183	0
* Comissões de seguros ( Nota 3.27 )	249.520	222.387
* Pagamentos parcelares e outros recebimentos a regularizar	215.291	90.268
* Genworth Financial ( Nota 3.27 )	14.435	21.354
* Concessionários	65.129	6.405
* Cauções recebidas	106.627	44.873
* Outros	81.160	119.240
<b><u>Remunerações a liquidar</u></b>	168.530	192.143
<b><u>Custos administrativos</u></b>		
* Bónus de volume	485.111	468.743
* Auditoria e consultoria	161.372	96.817
* Custos com campanhas	20.800	56.610
* Outros	224.019	72.881
<b><u>Receitas com rendimento diferido</u></b>	217.183	173.512
<b><u>Setor Público Administrativo</u></b>		
* Imposto de selo	39.558	41.819
* Contribuições para a Segurança Social	26.490	26.396
* Outros impostos	28.764	65.497
<b><u>Rubricas a regularizar</u></b>		
* Outras	0	490
	<u>7.916.780</u>	<u>3.988.707</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “FCA Dealer Services” corresponde, essencialmente, ao valor de aquisição das viaturas associadas aos contratos de crédito celebrados nos últimos meses do semestre.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Comissões de seguros” refere-se à estimativa dos prémios dos contratos de seguro angariados pela Sociedade que ainda não foram faturados pela *Genworth Financial*.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o saldo da rubrica “Pagamentos parcelares e outros recebimentos por regularizar” refere-se, essencialmente, a antecipações de contratos e a pagamentos parciais de prestações que apenas foram associados aos respetivos contratos de locação financeira no exercício seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “*Genworth Financial*” refere-se, essencialmente, ao montante faturado pela *Genworth Financial* no final desses semestres relativamente aos prémios dos contratos de seguro angariados pela Sociedade deduzido das comissões a receber pela angariação dos mesmos.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de “Remunerações a liquidar” inclui a especialização do subsídio de férias e dos prémios a pagar no exercício seguinte aos colaboradores, nos montantes de 80.930 Euros e 77.600 Euros, respetivamente (91.743 Euros e 100.400 Euros para o subsídio de férias e para os prémios a liquidar em 31 de Dezembro de 2014, respetivamente).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Bónus volume” refere-se aos incentivos a pagar a concessionários, decorrentes do volume de vendas obtido por estes nos últimos meses do ano.

### 3.15. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o capital social da Sociedade encontrava-se representado por 2.000.000 de ações com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas na sua totalidade pelo *FCA Bank S.p.A.*.

### 3.16. OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCROS DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
Outras reservas e resultados transitados		
* Reservas legais	8.100.448	7.932.221
* Reservas livres	59.235.507	57.721.462
* Resultados transitados e outras reservas	5.957.872	5.957.872
	<u>73.293.827</u>	<u>71.611.555</u>
Resultado líquido do exercício	3.021.084	1.682.272
	<u><u>76.314.911</u></u>	<u><u>73.293.827</u></u>

#### Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

### Aplicação dos resultados

Na Assembleia Geral a ser realizada no dia 21 de Março 2016 será proposto pelo Conselho de Administração da Sociedade a aplicação do resultado líquido do exercício de 2015 a resultados transitados na íntegra, uma vez que o limite das reservas legais já foi ultrapassado.

Na Assembleia Geral de 20 de Março de 2015 foi deliberada a aplicação do resultado líquido do exercício de 2014 em Reservas Legais (10%) e em Reservas Livres.

	2015	2014
Reservas legais	0	168.227
Reservas livres	0	1.514.045
Resultados transitados	3.021.084	0
	<u>3.021.084</u>	<u>1.682.272</u>

### **3.17. JUROS E RENDIMENTOS / ENCARGOS SIMILARES**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
<b><u>Juros e rendimentos similares</u></b>		
* De crédito concedido	6.953.638	8.388.039
* De campanhas (Notas 3.6 e 3.24)	99.922	30.808
* De disponibilidades	51	671
	<u>7.053.611</u>	<u>8.419.518</u>
<b><u>Juros e encargos similares</u></b>		
* De empréstimos	997.318	1.087.870
* De instrumentos derivados - IRS Swaps	532.675	824.730
	<u>1.529.993</u>	<u>1.912.600</u>
Margem Financeira	<u>5.523.618</u>	<u>6.506.918</u>



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Juros e encargos similares – de empréstimos” inclui juros relativos aos financiamentos obtidos junto do *FCA Bank S.p.A.*, nos montantes de 743.900 Euros e 954.383 Euros, respetivamente (Nota 3.24).

### 3.18. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
Comissões administrativas	2.260.592	2.029.987
Reembolso de despesas		
* De despesas de cobrança	431.233	640.601
* De portes	365.506	414.108
Comissões de seguros	584.088	601.652
Comissões associadas ao negócio JLR	101.216	48.488
Prestação de serviços diversos		
* Penalizações por antecipações	41.609	167.006
* Outras penalizações	32.380	45.049
	<u>3.816.624</u>	<u>3.946.891</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Comissões administrativas” refere-se ao valor cobrado pela Sociedade aos seus clientes, por contrato celebrado, no âmbito do processo de aprovação de crédito. Estas comissões são diferidas e reconhecidas com base no método da taxa de juro efetiva (Nota 3.6).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Reembolso de despesas - Despesas de cobrança” corresponde ao valor debitado pela Sociedade pelo atraso no pagamento de prestações por parte dos seus clientes, sendo o mesmo apenas registado no momento do seu recebimento.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Reembolso de despesas - Portes” corresponde ao valor debitado pela Sociedade aos seus clientes por cada prestação cobrada.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Comissões de seguros” corresponde às comissões recebidas pela angariação de contratos de seguros. Parte destas comissões são transferidas para os concessionários e vendedores (Nota 3.19).

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Prestação de serviços diversos” corresponde ao valor debitado pela Sociedade resultante de alterações solicitadas pelos clientes relacionadas com a antecipação dos contratos e de outras condições contratuais.

**3.19. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
Comissões por angariação de contratos	1.436.804	1.756.863
Comissões por operações realizadas por terceiros	88.720	144.453
	<u>1.525.524</u>	<u>1.901.316</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Comissões por angariação de contratos” respeitava aos custos suportados pela Sociedade, por contrato celebrado, no âmbito do processo de aprovação de crédito. Estas comissões são diferidas e reconhecidas com base no método da taxa de juro efetiva (Nota 3.6).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Comissões por operações realizadas por terceiros” refere-se a custos associados à cobrança de valores nas restantes instituições de crédito nacionais, onde se encontram domiciliadas as contas de depósitos dos clientes da Sociedade.

### 3.20. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
<u>Outros rendimentos de exploração:</u>		
Recuperação de crédito		
* Capital	1.152.307	1.244.891
* Juros e outras despesas	203.957	200.760
Reembolso de despesas		
* Emolumentos	109.079	115.571
Mais-valias em bens adquiridos por recuperação	22.406	100.904
Reservas de propriedade	16.481	52.402
Reembolso de despesas de tribunal	1.661	7.324
Ganhos em ativos não financeiros ( tangíveis )	3.238	0
Outros	2.070	31.742
	<u>1.511.199</u>	<u>1.753.594</u>
<u>Outros encargos de exploração:</u>		
Impostos indiretos	(32.296)	(9.741)
Fundo de resolução	(10.480)	(9.199)
Quotizações e donativos	(7.183)	(7.183)
Perdão de dívidas a clientes	(140)	0
Outros	(3.397)	(3.798)
	<u>(53.496)</u>	<u>(29.921)</u>
	<u>1.457.703</u>	<u>1.723.673</u>

A rubrica de “Recuperação de crédito” compreende os valores referentes a dívidas de clientes recuperados através da via judicial e extra judicial.

A rubrica de reembolso de despesas, nomeadamente “Emolumentos” e “Reservas de propriedade”, é composta essencialmente pelos valores faturados a concessionários e outros agentes com intervenção no financiamento de viaturas, referentes a registos na conservatória do registo automóvel e de notariado.

A rubrica de “Mais-valias em bens adquiridos por recuperação” resulta da diferença positiva entre a venda dos automóveis locados em regime Leasing e o valor desses mesmos bens registados nos nossos livros.

### 3.21. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
Remunerações dos Órgãos de Administração	34.672	0
Remunerações dos empregados	1.012.802	1.409.068
Encargos Sociais		
* Segurança Social	223.933	258.428
* Outros	13.236	11.275
	237.169	269.703
Outros encargos com o pessoal		
* Indemnizações contratuais	401.352	240.448
* Seguros de saúde	22.340	27.418
* Despesas de recrutamento	4.301	0
* Outros	1.038	1.581
	429.031	269.447
	1.713.674	1.948.218

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Indemnizações contratuais” referia-se ao montante pago a título de indemnizações por contratos celebrados com funcionários da Sociedade.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o número médio de pessoal ao serviço da Sociedade era de 32 e 37 empregados, respetivamente.

**3.22. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b><u>Fornecimentos de terceiros:</u></b>		
* Água, energia e combustíveis	27.204	35.464
* Material de consumo corrente	0	1.094
* Outros	458	573
	<u>27.662</u>	<u>37.131</u>
<b><u>Serviços de terceiros</u></b>		
* FCA Dealer Services (Nota 3.24)	713.817	729.360
* Trabalho independente	449.398	407.096
* Rent-a-car (Nota 3.24)	166.031	189.119
* Serviços especializados de informática	156.064	53.818
* Reservas, transferências e registos	137.085	171.290
* Auditoria e consultoria	132.428	175.464
* Judiciais, contencioso e notariado	122.529	87.646
* Serviços de recuperação de créditos	85.371	79.863
* Deslocações e estadas	56.716	45.539
* Formação de pessoal	26.172	14.305
* Seguros de viaturas de serviço próprio	23.561	39.120
* Assistência jurídica à Sociedade	21.461	28.808
* Material de publicidade	20.080	0
* Serviços de informações	19.465	7.911
* Serviços de processamento de salários	17.029	6.985
* Comunicações e despesas de expedição	8.937	11.041
* Conservação e reparação	1.122	17.129
* Outros	11.673	81.248
	<u>2.168.939</u>	<u>2.145.742</u>
	<u>2.196.601</u>	<u>2.182.873</u>

Nos termos do contrato de prestação de serviços celebrado com a FCA Dealer Services, relativo a cedência de espaço e equipamento, serviços de apoio e manutenção de equipamento informático, serviços de conservação e reparação, serviços de comunicações e estacionamento de viaturas apreendidas, foram faturados durante os exercícios de 2015 e 2014, os montantes de 713.817 Euros e 729.360 Euros, respetivamente (Nota 3.24).

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica “Rent-a-car” regista o valor correspondente à locação operacional de viaturas com a sociedade SGALD Automotive.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Rent-a-car” incorpora o valor de 79.457 Euros referente ao aluguer operacional de viaturas de serviço à FCA Dealer Services (Nota 3.24). De acordo com os contratos de aluguer operacional realizados, a FCA Portugal obrigava-se a adquirir as viaturas no final dos contratos pelo respetivo valor residual, não existindo opção de compra por parte da Sociedade ou dos seus colaboradores.

### **3.23. PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E LINHAS DE NEGÓCIO**

Todos os proveitos gerados pela atividade da Sociedade nos exercícios de 2015 e 2014 resultaram de operações realizadas em Portugal. Por outro lado, no que se refere ao modelo de segmentação por linhas de negócio anexo à Instrução nº 11/2007, do Banco de Portugal, a atividade da Sociedade enquadra-se no âmbito da categoria denominada de “Banca Comercial”.

Adicionalmente, para efeitos da aplicação do disposto na Norma IFRS 8 – “Segmentos operacionais”, o Conselho de Administração da Sociedade considera que toda a sua atividade creditícia se insere na linha de negócio designada por “Crédito especializado”, não sendo assim aplicável uma maior desagregação da informação para além da divulgada no presente anexo.

### 3.24. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas todas as empresas do Grupo FCA e os órgãos de gestão da Sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os principais saldos da demonstração da posição financeira e as principais transações ocorridas nas demonstrações dos resultados com entidades do Grupo FCA eram os seguintes:

	2015				2014			
	FCA Portugal	FCA Dealer	FCA Bank	FCA IMV	FCA Portugal	FCA Dealer	FCA Bank	FCA IMV
Crédito a clientes (Nota 3.6)	27.386.382	-	-	-	26.096.027	-	-	-
Outros activos (Nota 3.10)	69.923	-	-	-	245.123	59.987	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação (Nota 3.11)	-	-	(601.013)	-	-	-	(1.026.581)	-
Recursos de outras Instituições crédito (Nota 3.12)	-	-	(37.033.952)	-	-	-	(33.086.048)	-
Outros passivos (Nota 3.14)	-	(5.702.785)	-	(5.183)	-	(2.183.036)	-	-
Juros e rendimentos similares (Nota 3.17)	(99.922)	-	-	-	(30.808)	-	-	-
Juros e encargos similares (Nota 3.17)	-	-	1.276.575	-	-	-	1.779.113	-
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	(355.826)	-	-	-	(193.426)	-
Gastos gerais administrativas (Nota 3.22)	-	713.817	-	-	-	808.817	-	-
Instrumentos financeiros (Nota 3.28)	-	-	32.750.000	-	-	-	39.350.000	-
Saldos devedores / (Saldos credores)								

Nota: O saldo de crédito a clientes referente à FCA Portugal refere-se ao valor máximo que esta se compromete a pagar se a opção de venda das viaturas for exercida pela FCA Capital.

No exercício de 2015 os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer tipo de remuneração pelo exercício das suas funções nos órgãos de gestão da Sociedade, à exceção do vogal executivo Nuno Rodrigo Antunes da Mota Marques que iniciou funções em 10 de Julho de 2015 auferindo uma remuneração fixa anual, aprovada pela Assembleia Geral no início de cada mandato.

Durante o exercício de 2014, os membros dos órgãos de gestão não receberam qualquer tipo de remuneração pelo exercício das suas funções nos órgãos de gestão da Sociedade.

Nas mesmas datas, não existem créditos concedidos aos órgãos de gestão.



### 3.25. OPERAÇÕES A PRAZO NÃO VENCIDAS À DATA DO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade mantinha em aberto os seguintes contratos de swap de taxa de juro celebrados com a casa-mãe (*FCA Bank S.p.A*) (Notas 3.11 e 3.24):

2015						
Montante nocional	Data de		Paga	Recebe	Tx. Variável	Data de vencimento
	Início	Fim	Taxa Fixa	Taxa Variável	a 31.12.2015	dos cupões
5.000.000	27-12-2010	27-05-2016	2,376%	EUR 3 M	-0,131%	Mar., Jun., Set. e Dez.
5.000.000	27-12-2010	27-09-2016	2,450%	EUR 3 M	-0,131%	Mar., Jun., Set. e Dez.
6.500.000	28-09-2015	28-03-2017	-0,034%	EUR 3 M	-0,131%	Mar., Jun., Set. e Dez.
6.000.000	29-10-2012	27-08-2018	0,642%	EUR 3 M	-0,104%	Fev., Mai., Ago. e Nov.
4.000.000	30-12-2011	29-03-2019	1,843%	EUR 3 M	-0,132%	Mar., Jun., Set. e Dez.
3.350.000	26-09-2013	26-03-2020	1,315%	EUR 3 M	-0,131%	Mar., Jun., Set. e Dez.
2.900.000	30-06-2015	30-06-2021	0,355%	EUR 3 M	-0,131%	Mar., Jun., Set. e Dez.
32.750.000						

2014						
Montante nocional	Data de		Paga	Recebe	Tx. Variável	Data de vencimento
	Início	Fim	Taxa Fixa	Taxa Variável	a 31.12.2014	dos cupões
5.000.000	27-10-2011	27-01-2015	1,528%	EUR 3 M	0,085%	Jan., Abr., Jul. e Out.
5.000.000	27-07-2009	27-07-2015	2,961%	EUR 3 M	0,085%	Jan., Abr., Jul. e Out.
2.000.000	08-04-2009	30-09-2015	2,580%	EUR 3 M	0,082%	Mar., Jun., Set. e Dez.
5.000.000	27-12-2010	27-05-2016	2,376%	EUR 3 M	0,082%	Mar., Jun., Set. e Dez.
5.000.000	27-12-2010	27-09-2016	2,450%	EUR 3 M	0,082%	Mar., Jun., Set. e Dez.
10.000.000	29-10-2012	27-08-2018	0,642%	EUR 3 M	0,081%	Fev., Mai., Ago. e Nov.
4.000.000	30-12-2011	29-03-2019	1,843%	EUR 3 M	0,082%	Mar., Jun., Set. e Dez.
3.350.000	26-09-2013	26-03-2020	1,315%	EUR 3 M	0,083%	Mar., Jun., Set. e Dez.
39.350.000						

### 3.26. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

A Sociedade, para além da sua atividade principal de concessão de crédito, exerce também a atividade de mediação de seguros, estando registada junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com o estatuto de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei nº 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo tal atividade em exclusividade com a seguradora *Genworth Financial*, a qual se dedica ao exercício da atividade de seguros para os ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros, a Sociedade efetua a venda de contratos de seguros, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Como contrapartida dos serviços de mediação de seguros prestados à referida seguradora, a Sociedade recebe remunerações pela mediação de seguros, as quais estão definidas em protocolo estabelecido entre ambas as entidades.

As comissões recebidas pela Sociedade pelos serviços de mediação de seguros têm a seguinte tipologia:

- Comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. Ambas as componentes são calculadas pela aplicação de uma taxa pré-determinada sobre o valor dos prémios angariados. A componente variável depende do volume de contratos de seguro angariados, sendo que nos últimos dois anos a Sociedade cumpriu com o respetivo volume.

Estas comissões são recebidas trimestralmente.

- Comissões por participação nos resultados de seguros ("*Profit share*"), as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no ano seguinte àquele a que respeitam.

As remunerações de mediação de seguros são reconhecidas em resultados de forma equivalente aos juros dos contratos de locação de viaturas a elas associadas através do método da taxa de juro efetiva, na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões", e ascenderam em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a 584.088 Euros e 601.652 Euros, respetivamente (Nota 3.18).

As remunerações a receber da seguradora que ainda não tenham sido faturadas, à data de 31 de Dezembro de cada ano, são reconhecidas como um ativo no balanço, na rubrica de "Outros ativos" (Nota 3.10). Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as remunerações a receber ascendiam a 77.253 Euros e 150.219 Euros, respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, não existiam quaisquer comissões de seguros por receber vencidas.

Os prémios dos contratos de seguros angariados pela Sociedade que se encontravam por liquidar à *Genworth Financial* são registados na rubrica de "Outros passivos" (Nota 3.14) e ascendiam em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a 249.520 Euros e 222.387 Euros, respetivamente.

As remunerações de mediação de seguros auferidas pela Sociedade e os prémios angariados nos últimos três anos foram os seguintes:

	2015	2014	2013
Comissões	457.978	396.812	313.878
<i>Profit Share</i>	16.994	2.406	73.437
Total das remunerações recebidas	474.972	399.218	387.315
	570.728	561.031	468.265
% remunerações recebidas sobre prémios angariados	83,22%	71,16%	82,71%

No exercício de 2015, as comissões auferidas pela Sociedade relativamente à angariação de prémios de seguro do ramo vida e do ramo não vida ascenderam aos 445.515 Euros e 12.463 Euros, respetivamente. Em 2014, as comissões do ramo vida e não vida foram de 387.943 Euros e 8.869 Euros, respetivamente.

Na qualidade de Mediador de Seguros Ligado, a Sociedade não tem poderes de cobrança, pelo que os prémios dos seguros são pagos na totalidade pela Sociedade (enquanto tomador de seguro) diretamente à *Genworth Financial* independentemente de serem cobrados.

### 3.27. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### GESTÃO E CONTROLO DO RISCO

##### Política de gestão do risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de existirem perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes com as quais são celebrados os instrumentos financeiros.

Em complemento ao Aviso 3/95 do Banco de Portugal, o qual define que o valor do crédito a clientes deve ser objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência, por forma a que reflitam, a todo o tempo, o seu valor realizável, a FCA Capital tem implementadas metodologias de cálculo da imparidade da carteira de crédito que permitem assegurar a fiabilidade das fontes de informação utilizadas, a preparação da informação requerida de acordo com os requisitos descritos nos n.ºs 1.2, 2. e 3.2.3 a 3.2.5 do Anexo à Instrução n.º 5/2013, assim como a quantificação da imparidade sobre a carteira de crédito apurada e relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Em Agosto de 2015 foi introduzida uma *nova scorecard*, que substituiu os modelos anteriores que estavam em produção desde Março de 2008. A nova *scorecard* é única e aplicável a propostas para viaturas Novas e Usadas, substituindo os dois modelos anteriores.

A opção pela introdução de uma única *scorecard* foi também guiada pela diminuição nos últimos anos na ativação de operações para viaturas usadas, e consequentemente pela potencial redução da representatividade estatística que tal facto poderia comportar.

O *scoring* é atribuído para efeitos de aceitação da proposta do cliente, não sendo atualizado ao longo do contrato. Mensalmente é feita uma análise comparativa entre a produção ativada e os incidentes verificados nos primeiros meses de contrato, com janelas de observação a 3, 6, 9 e 12 meses, no sentido de aferir a qualidade das operações subscritas.

**Política de gestão do risco de concentração**

O risco de concentração de crédito corresponde ao risco de existir uma exposição ou grupo de exposições, com potencial para produzir perdas de tal modo elevadas que coloquem em causa a solvabilidade da Sociedade ou a capacidade para esta manter as suas principais operações.

Para os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros é efetuada uma análise individual.

A nível central da FCA Itália existe uma lista de contrapartes relevantes para a mesma, solicitando esta mensalmente à Sociedade detalhe das exposições relacionada com essas mesmas contrapartes.

**Informação de carácter qualitativo:**

Conforme requerido pela Carta Circular n.º 02/2014/DSP, de 26 de Fevereiro, emitida pelo Banco de Portugal, apresentam-se as seguintes divulgações no que concerne à mensuração da imparidade da carteira de crédito concedido pela Sociedade.

**Política de *Write-Off* de créditos**

Sempre que existam créditos vencidos cujas diligências para a sua recuperação se hajam esgotado são iniciados os procedimentos com vista a considerar os mesmos como *Write-Off*.

A Direção de Crédito envia ao departamento de contabilidade a documentação justificativa de incobrabilidade dos ativos, nomeadamente certidões negativas emitidas pelos tribunais competentes. O departamento de contabilidade produz um relatório e coloca à consideração da Administração o desconhecimento dos mesmos.

Este procedimento é efetuado de acordo com as normas contabilísticas em vigor.

**Política de reversão de imparidade**

Não são efetuadas reversões de imparidade pela Sociedade.

**Política de conversão de dívida em capital do devedor**

Não aplicável à Sociedade.

### **Política de reestruturações de crédito**

No âmbito da regulamentação PARI/PERSI, a Sociedade procede à análise mensal de todos os clientes com contrato de crédito ativos e regulares (sem vencido) de modo a poder identificar fatores que indiciem potenciais dificuldades dos clientes no cumprimento das suas obrigações.

Para o efeito, a Sociedade utiliza a informação divulgada mensalmente pela Central de Riscos de Crédito do Banco de Portugal, com vista à deteção de incumprimentos dos mesmos junto do setor financeiro. É tido ainda em linha de conta para deteção de dificuldades financeiras dos nossos clientes o nível de crédito vencido atingido pelos mesmos, bem como, as comunicações efetuadas entre a Sociedade e os titulares dos contratos de crédito no processo de recuperação dos mesmos.

Quando se confirma a existência de dificuldades financeiras por parte de um cliente é aberto um processo de reestruturação, com vista a adequar os encargos de endividamento aos rendimentos auferidos por este cliente.

Este processo de reestruturação pode passar por uma consolidação de créditos, por uma extensão do contrato ou alteração da taxa de juro subjacente ao mesmo, entre outros.

### **Modelo de apuramento da imparidade da carteira de crédito**

A Sociedade adota um modelo de imparidade desenvolvido pela casa mãe (*FCA Bank S.p.A.*), o qual visa estimar adequados níveis imparidade coletiva e individual. A metodologia adotada para efeitos da estimativa de imparidade coletiva aplica-se à carteira de crédito e tem por base a análise das frequências históricas da probabilidade dos contratos atingirem um incumprimento superior a oito meses (PD) e perdas históricas incorridas (LGD).

A análise individual incide sobre os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros, sendo efetuada com recurso a informação financeira e informação histórica, entre outras informações.

### **Descrição Sucinta do Modelo de Imparidade – Segmento de Retail Financing**

A Sociedade tem implementado internamente um modelo de imparidade desenvolvido pelo *FCA Bank, S.p.A.* A metodologia adotada para efeitos de cálculo de imparidade considera a análise coletiva da carteira de crédito, baseada na análise das frequências históricas de imparidade dos contratos atingirem um incumprimento superior a oito meses (PD) e perdas históricas incorridas (LGD). As PD's e LGD's utilizadas pela Sociedade para apuramento da imparidade a 31 de Dezembro de 2015 foram atualizadas até ao período findo nessa data.

O processo de apuramento da estimativa de perdas por imparidade dos contratos de Crédito Automóvel, Locação Financeira, Crédito Pessoal e Locadoras, tem por base a carteira de crédito, a qual é enviada para a casa mãe através de uma aplicação interna do grupo.

## i) Cálculo de PD's

Para efeito de apuramento da PD, os pressupostos definidos no Modelo de Imparidade da Sociedade são os seguintes:

### Intervalo de Observação

O intervalo de observação para apuramento da PD é de 9 meses e é aplicado tendo por base o histórico de observações dos últimos 12 meses. O histórico de observações considerado foi definido tendo por base os estudos subjacentes à definição do modelo de imparidade do Grupo.

### Apuramento da PD

Para este efeito é avaliado o comportamento dos contratos de crédito de forma sistemática considerando-se o número de contratos distribuídos por cada banda de incumprimento, no sentido de se apurarem percentagens de probabilidade de atingirem a banda 9 ou *write-off* no prazo considerado como intervalo de observação.

Em 31 de Dezembro de 2015, a média da probabilidade de cada contrato de crédito atingir 9 prestações em incumprimento ou *Write-Off* apresentava-se como segue:

Número de Prestações incumpridas	PD
0	0,04%
1	1,05%
2	5,31%
3	15,04%
4	27,38%
5	41,12%
6	51,60%
7	60,13%
8	73,65%
> 8	89,94%

## ii) Apuramento da LGD

Tendo por base a informação histórica de contratos iniciados de 2003 a 2012, o modelo de apuramento da LGD leva em consideração, para cada ano de geração dos contratos, os *Write-Off* líquidos de recuperações de cada contrato face aos montantes financiados.

O Modelo de Imparidade implementado pela Sociedade exclui os três últimos anos de geração de contratos com *Write-Off* efetuado, considerando que estatisticamente a maioria dos contratos não são levados a perdas nesses 3 primeiros anos de vida do contrato.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Adicionalmente e por forma a compensar a exclusão dos últimos três anos de geração de contratos com *Write-Off* efetuado, são incluídos os contratos em carteira que apresentem incumprimento igual ou superior a 24 meses, considerando-se assim na estimativa de cálculo da LGD os contratos que têm uma maior probabilidade de serem levados a perdas no curto prazo de tempo. Este cálculo é efetuado mensalmente, apurando-se a LGD com base na média das últimas 12 observações.

### iii) Cálculo da imparidade

#### Exposições <150 milhares de euros:

Tendo por base a estratificação por número de prestações incumpridas, o apuramento da estimativa de imparidade é obtido pela multiplicação do montante total financiado, da PD e da LGD respetiva.

#### Exposições ≥150 milhares de euros:

Para os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros é efetuada uma análise individual de cada uma das exposições no sentido de determinar a imparidade associada.

### Descrição Sucinta do Modelo de Imparidade – Segmento de Dealer Financing

O Modelo de imparidade adotado pela Sociedade foi desenvolvido internamente e é baseado na análise individual de cada concessionário.

A análise individual é efetuada com recurso a informação financeira de cada concessionário, informação histórica, rating associado e definido internamente, entre outras informações. O ponto de partida da análise individual é a atribuição do rating do concessionário, o qual é revisto anualmente com base nas demonstrações financeiras disponíveis.

### Política relativa aos graus de risco internos

O incumprimento é definido em função da existência de mensalidades em atraso (*past due date*). Na granularidade mais fina é considerada a agregação em *buckets* de número de mensalidades em atraso. Na granularidade agregada consideram-se 3 macro classificações: *sensitive* (que resulta da agregação dos *buckets* 1 a 3 inclusive), *uncompromised* (que resulta da agregação dos *buckets* 4 a 8 inclusive) e *compromised* (*buckets* 9 inclusive e superiores). A agregação de valores *uncompromised* e *compromised* será o valor a considerar como NPL (*Non Performing Loans*).

Verificando-se o incumprimento de um mutuário, aplicam-se os pressupostos previstos no PERSI (Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento) quando aplicável, e o processo geral de recuperação de incumprimento da sociedade nas restantes situações. O processo



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

geral de recuperação de incumprimento prevê a gestão diferenciada em função da gravidade da mora, culminando no limite extremo na tentativa de recuperação por via judicial.

### Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos

O período emergente considerado para efeitos de modelo de imparidade do segmento coletivo é de 9 meses.

### Outra informação qualitativa prevista na Carta-circular n.º 02/2014/DSP, de 26 de Fevereiro

Os restantes pontos não são aplicáveis à Sociedade ou não se encontram disponíveis.

### Informação de carácter quantitativo:

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o valor das exposições e respetivas imparidades apresentam o seguinte detalhe por segmentos:

Rubricas	Exposição a 31.12.2015						Imparidade a 31.12.2015		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual: Curado	Do qual: Reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual: Reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	17.348.428	17.348.428	0	0	0	0	58.408	58.408	0
Construção e Commercial Real Estate	2.614.833	2.397.106	4.921	8.254	217.727	0	346.146	132.864	213.282
Outras atividades - PME's	51.978.021	49.900.039	47.110	22.488	2.077.982	61.420	5.756.943	3.854.049	1.902.894
Particulares - Crédito ao Consumo	64.879.828	62.229.069	1.145.900	1.475.852	2.650.759	619.991	2.536.995	170.446	2.366.549
	<b>136.821.110</b>	<b>131.874.642</b>	<b>1.197.931</b>	<b>1.506.594</b>	<b>4.946.468</b>	<b>681.411</b>	<b>8.698.492</b>	<b>4.215.767</b>	<b>4.482.725</b>

Rubricas	Exposição a 31.12.2014						Imparidade a 31.12.2014		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual: Curado	Do qual: Reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual: Reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	14.896.755	14.896.755	0	0	0	0	34.551	34.551	0
Construção e Commercial Real Estate	3.053.403	2.814.503	7.784	10.448	238.900	0	190.782	7.410	183.372
Outras atividades - PME's	44.219.823	38.865.770	74.277	36.880	5.354.053	67.682	4.913.053	3.063.260	1.849.793
Particulares - Crédito ao Consumo	73.263.487	70.225.949	1.465.892	1.731.691	3.037.538	657.736	2.258.175	336.005	1.922.170
	<b>135.433.468</b>	<b>126.802.977</b>	<b>1.547.953</b>	<b>1.779.019</b>	<b>8.630.491</b>	<b>725.418</b>	<b>7.396.561</b>	<b>3.441.228</b>	<b>3.955.335</b>

Rubricas	Exposição a 31.12.2015							Imparidade a 31.12.2015				
	Exposição Total	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Imparidade Total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30		Total	Dias de atraso		Total		Dias de atraso		Dias de atraso	
		Sem indícios	Com indícios		≤ 90 dias	> 90 dias			≤ 30 dias	entre 30-90 dias	≤ 90 dias	> 90 dias
Corporate	17.348.428	17.337.316	11.112	17.348.428	0	0	0	58.408	58.408	0	0	0
Construção e Commercial Real Estate	2.614.833	2.387.820	9.286	2.397.106	30.875	186.852	217.727	346.146	132.772	92	262	213.020
Outras atividades - PME's	51.978.021	49.821.673	78.366	49.900.039	92.808	1.985.174	2.077.982	5.756.943	3.853.265	784	425	1.902.469
Particulares - Crédito ao Consumo	64.879.828	62.056.781	172.288	62.229.069	416.839	2.233.920	2.650.759	2.536.995	167.862	2.584	4.407	2.362.142
	136.821.110	131.603.590	271.052	131.874.642	540.522	4.405.946	4.946.468	8.698.492	4.212.307	3.460	5.094	4.477.631

Rubricas	Exposição a 31.12.2014							Imparidade a 31.12.2015					
	Exposição Total	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Imparidade Total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		
		Dias de atraso < 30		Total	Dias de atraso		Total		Dias de atraso		Dias de atraso		
		Sem indícios	Com indícios		<= 90 dias	> 90 dias			< 30 dias	entre 30-90 dias	<= 90 dias	> 90 dias	
Corporate	14.896.755	14.891.455	5.300	14.896.755	0	0	0	34.551	34.551	0	0	0	0
Construção e Commercial Real Estate	3.053.403	2.804.405	10.098	2.814.503	13.372	225.528	238.900	190.782	7.309	101	131	183.241	
Outras atividades - PME's	44.219.823	38.802.959	62.811	38.865.770	3.235.018	2.119.035	5.354.053	4.913.053	3.062.632	628	31.052	1.818.741	
Particulares - Crédito ao Consumo	73.263.487	69.969.853	256.096	70.225.949	1.020.238	2.017.300	3.037.538	2.258.175	332.164	3.841	13.996	1.908.174	
	135.433.468	126.468.672	334.305	126.802.977	4.268.628	4.361.863	8.630.491	7.396.561	3.436.656	4.570	45.179	3.910.156	

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Foram consideradas como “Corporate” unicamente as contrapartes classificadas como grandes empresas ao abrigo do Regulamento de Requisitos de Capital (CRR). As restantes contrapartes não particulares foram englobadas em “Outras entidades – PME’s” (com exceção das contrapartes ligadas ao setor da Construção e CRE).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o valor das exposições e respetivas imparidades apresentam o seguinte detalhe em termos de ano de produção:

Exposições e Imparidade a 31-12-2015														
Ano de Produção	Corporate			Construção e CRE			Outras atividades - PME's			Particulares - Consumo e Outros			Total	
	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante
< = 2004	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2005	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2006	0	0	0	0	0	0	1	753	753	0	0	0	1	753
2007	0	0	0	1	525	525	2	1.570	1.570	10	15.084	15.084	13	17.179
2008	0	0	0	7	18.189	15.965	27	55.939	32.120	271	615.859	123.293	305	689.987
2009	0	0	0	21	747.862	162.393	47	155.872	59.409	904	3.401.214	361.985	972	4.304.948
2010	0	0	0	17	66.856	10.869	119	366.849	220.803	1617	7.443.680	579.390	1753	7.907.385
2011	0	0	0	44	178.660	46.023	208	1.293.189	508.158	1544	8.351.646	638.048	1796	9.823.495
2012	0	0	0	28	136.186	42.595	277	2.206.904	1.014.642	1146	7.285.425	441.262	1451	9.928.515
2013	0	0	0	40	311.052	63.962	262	2.064.241	68.140	1084	8.742.481	239.219	1386	11.117.774
2014	206	1.213.727	12.137	50	580.686	3.602	407	3.573.889	272.938	1205	12.711.639	44.076	1868	18.079.941
2015	1234	16.134.701	46.271	41	574.817	212	2474	42.228.815	3.578.410	1133	16.012.800	94.638	4882	74.951.133
	1.440	17.348.428	58.408	249	2.614.833	346.146	3.824	51.978.021	5.756.943	8.914	64.879.828	2.536.995	14.427	136.821.110

Exposições e Imparidade a 31-12-2014														
Ano de Produção	Corporate			Construção e CRE			Outras atividades - PME's			Particulares - Consumo e Outros			Total	
	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante
< = 2004	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2005	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2006	0	0	0	0	0	0	1	753	753	0	0	0	1	753
2007	0	0	0	1	525	525	2	1.570	1.570	10	15.084	15.084	13	2.105
2008	0	0	0	7	18.189	15.965	27	55.939	32.120	271	615.859	123.293	305	689.987
2009	0	0	0	21	747.862	162.393	47	155.872	59.409	904	3.401.214	361.985	972	4.304.948
2010	0	0	0	17	66.856	10.869	119	366.849	220.803	1617	7.443.680	579.390	1753	7.907.385
2011	0	0	0	44	178.660	46.023	208	1.293.189	508.158	1544	8.351.646	638.048	1796	9.823.495
2012	0	0	0	28	136.186	42.595	277	2.206.904	1.014.642	1146	7.285.425	441.262	1451	9.928.515
2013	0	0	0	40	311.052	63.962	262	2.064.241	68.140	1084	8.742.481	239.219	1386	11.117.774
2014	206	1.213.727	12.137	50	580.686	3.602	407	3.573.889	272.938	1205	12.711.639	44.076	1868	18.079.941
2015	1234	16.134.701	46.271	41	574.817	212	2474	42.228.815	3.578.410	1133	16.012.800	94.638	4882	74.951.133
	1.440	17.348.428	58.408	249	2.614.833	346.146	3.824	51.978.021	5.756.943	8.914	64.564.754	2.536.995	14.427	136.506.036

A atividade da Sociedade desenvolve-se exclusivamente em território nacional.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o valor das exposições e respetivas imparidades apresentam o seguinte detalhe em termos setor de atividade:

Setor	2015		2014	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	35.944.411	3.858.932	34.246.562	3.112.284
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	26.964.293	1.626.119	17.651.068	1.499.298
Construção e Commercial Real Estate	2.614.833	346.146	3.053.403	190.782
Transportes e armazenagem	1.325.843	74.413	1.428.446	83.087
Indústrias transformadoras	1.216.862	68.326	1.371.568	48.911
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.048.481	18.079	1.404.572	81.297
Atividades de saúde humana e apoio social	976.640	49.329	971.240	36.264
Alojamento, restauração e similares	560.955	31.799	495.385	30.424
Educação	305.217	5.420	323.303	5.050
Atividades de informação e de comunicação	286.766	39.397	348.949	22.743
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	223.154	4.145	274.867	3.202
Outras atividades de serviços	264.118	38.638	281.483	21.978
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	106.211	733	93.895	559
Atividades financeiras e de seguros	77.292	16	131.037	2.364
Eleticidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	17.617	3	71.149	25
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	8.589	2	23.055	118
Particulares	64.879.828	2.536.995	73.263.486	2.258.175
	<b>136.821.110</b>	<b>8.698.492</b>	<b>135.433.468</b>	<b>7.396.561</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o valor das exposições brutas de crédito e das respetivas imparidades avaliadas individualmente e coletivamente apresentam o seguinte detalhe por segmentos:

Rubricas	Exposição a 31.12.2015			Imparidade a 31.12.2015		
	Individual	Coletiva	Exposição Total	Individual	Coletiva	Imparidade Total
Corporate	17.348.428	0	17.348.428	58.408	0	58.408
Construção e Commercial Real Estate	0	2.614.833	2.614.833	0	346.147	346.147
Outras atividades - PME's	41.301.369	10.676.652	51.978.021	4.882.713	874.229	5.756.942
Particulares - Crédito ao Consumo	0	64.879.828	64.879.828	0	2.536.995	2.536.995
	<b>58.649.797</b>	<b>78.171.313</b>	<b>136.821.110</b>	<b>4.941.121</b>	<b>3.757.371</b>	<b>8.698.492</b>

Rubricas	Exposição a 31.12.2014			Imparidade a 31.12.2014		
	Individual	Coletiva	Exposição Total	Individual	Coletiva	Imparidade Total
Corporate	14.896.755	0	14.896.755	34.551	0	34.551
Construção e Commercial Real Estate	0	3.053.403	3.053.403	0	190.782	190.782
Outras atividades - PME's	32.963.977	11.255.846	44.219.823	4.225.200	687.853	4.913.053
Particulares - Crédito ao Consumo	0	73.263.487	73.263.487	0	2.258.175	2.258.175
	<b>47.860.732</b>	<b>87.572.736</b>	<b>135.433.468</b>	<b>4.259.751</b>	<b>3.136.810</b>	<b>7.396.561</b>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada, tendo por base a classificação definida na *framework FINREP*.

Medida de reestruturação	Exposição a 31.12.2015								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Exposição
Rescheduling	273	1.387.306	52.217	102	633.674	566.826	375	2.020.980	619.043
Consolidation	22	110.539	13.664	7	44.624	26.738	29	155.163	40.402
Partial Write-Off	2	7.814	315	0	0	0	2	7.814	315
Re-aging	1	935	0	1	3.113	3.113	2	4.048	3.113
	298	1.506.594	66.196	110	681.411	596.677	408	2.188.005	662.873

Medida de reestruturação	Exposição a 31.12.2014								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Exposição
Rescheduling	250	1.651.633	82.482	93	655.299	451.393	343	2.306.932	533.875
Consolidation	19	111.562	4.384	8	70.119	20.525	27	181.681	24.909
Partial Write-Off	2	10.175	1.365	0	0	0	2	10.175	1.365
Re-aging	2	5.649	2	0	0	0	2	5.649	2
	273	1.779.019	88.233	101	725.418	471.918	374	2.504.437	560.151

### Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade de insuficiência de recursos (entradas de caixa) de forma a cobrir as obrigações (saídas de caixa) da Sociedade em determinados momentos do tempo.

Para efeitos da gestão do risco de liquidez é preparada uma análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos, de forma a mapear no tempo os fluxos de caixa que lhe estão associados, a identificar eventuais problemas de liquidez no futuro e a antecipar medidas corretivas que minorem seu impacto.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

2015								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<b>Activo</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	150.251	-	-	-	-	-	-	150.251
Disponibilidades em outras instituições de crédito	767.572	-	-	-	-	-	-	767.572
Crédito a clientes	-	11.440.296	61.348.616	38.405.620	13.984.395	6.956.395	4.685.788	136.821.110
Swaps de taxa de juro	-	-	12.000.000	15.600.000	4.850.000	300.000	-	32.750.000
Cash flow de juros contratuais	-	-	-	-	-	-	-	0
De crédito a clientes	-	1.346.351	3.298.398	4.760.620	1.579.302	371.519	148.718	11.504.908
De swaps de taxa de juro	-	201.281	399.636	230.350	32.335	539	-	864.141
	917.823	12.987.928	77.046.650	58.996.590	20.446.032	7.628.453	4.834.506	182.857.982
<b>Passivo</b>								
Recursos de outras instituições de crédito	-	37.000.000	-	-	-	-	-	37.000.000
Swaps de taxa de juro	-	-	12.000.000	15.600.000	4.850.000	300.000	-	32.750.000
Cash flow de juros contratuais	-	-	-	-	-	-	-	0
De recursos de outras instituições de crédito	-	111.862	-	-	-	-	-	111.862
De swaps de taxa de juro	-	(20.323)	(58.510)	(30.100)	2.356	433	-	(106.144)
	0	37.091.539	11.941.490	15.569.900	4.852.356	300.433	0	69.755.718
<b>Gap de liquidez:</b>	917.823	(24.103.611)	65.105.160	43.426.690	15.593.676	7.328.020	4.834.506	113.102.264

2014								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<b>Activo</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	449	-	-	-	-	-	-	449
Disponibilidades em outras instituições de crédito	377.726	-	-	-	-	-	-	377.726
Crédito a clientes	-	13.187.543	53.495.242	40.477.821	17.556.775	5.999.120	4.716.967	135.433.468
Swaps de taxa de juro	-	7.000.000	9.000.000	15.500.000	7.600.000	250.000	-	39.350.000
Cash flow de juros contratuais	-	-	-	-	-	-	-	0
De crédito a clientes	-	1.641.797	4.090.104	6.159.639	2.082.733	435.388	167.256	14.576.917
De swaps de taxa de juro	1.257	7.998	11.980	26.525	14.038	194	-	61.992
	379.432	21.837.338	66.597.326	62.163.985	27.253.546	6.684.702	4.884.223	189.800.552
<b>Passivo</b>								
Recursos de outras instituições de crédito	3.302.536	38.000.000	-	-	-	-	-	41.302.536
Swaps de taxa de juro	-	7.000.000	9.000.000	15.500.000	7.600.000	250.000	-	39.350.000
Cash flow de juros contratuais	-	-	-	-	-	-	-	0
De recursos de outras instituições de crédito	-	218.205	-	-	-	-	-	218.205
De swaps de taxa de juro	32.026	174.727	398.424	426.941	106.969	822	-	1.139.909
	3.334.562	45.392.932	9.398.424	15.926.941	7.706.969	250.822	0	82.010.650
<b>Gap de liquidez:</b>	(2.955.130)	(23.555.594)	57.198.902	46.237.044	19.546.577	6.433.880	4.884.223	107.789.902

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais foram os seguintes:

- Com excepção dos *swaps* de taxa de juro, os fluxos previsionais dos ativos e passivos foram calculados considerando a taxa de juro de referência em 31 de Dezembro de 2015 e 2014;
- Os fluxos previsionais dos *swaps* de taxa de juro foram calculados considerando as taxas de mercado;
- Os instrumentos financeiros não sujeitos a variações de taxa de juro, nomeadamente “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito” foram considerados como exigíveis “à vista”;
- Os juros vincendos ainda em carteira com data de vencimento anterior ou igual a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foram classificados como a prazo “Indeterminado”;
- O vincendo de crédito a clientes com vencido há mais de 90 dias foi classificado como a prazo “Indeterminado”; e

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

- O crédito a clientes vencido independentemente da sua antiguidade foi igualmente classificado como a prazo “Indeterminado”.

### Risco de mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um ativo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de títulos de capital, metais preciosos e mercadorias.

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterar em função de uma alteração das taxas de juro de mercado, alterando, consequentemente, o valor patrimonial da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros contratados a taxa fixa ou a taxa variável. No primeiro caso, a Sociedade enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses ativos ou passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). No segundo caso, tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos/pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser demonstrada do seguinte modo:

2015							
	Exposição			Datas de Refixação / Datas de Maturidade			
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Total	À vista	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	Total
<b>Activo</b>							
Crédito a clientes	111.466.167	20.677.945	132.144.112	3.845.071	1.991.692	14.841.182	20.677.945
<b>Passivo</b>							
Recursos de outras instituições de crédito	(37.000.000)	-	(37.000.000)	-	-	-	-
<b>Extrapatrimoniais</b>							
Interest Rate Swap (valor notional)	(32.750.000)	32.750.000	-	-	-	32.750.000	32.750.000
	<u>41.716.167</u>	<u>53.427.945</u>	<u>95.144.112</u>	<u>3.845.071</u>	<u>1.991.692</u>	<u>47.591.182</u>	<u>53.427.945</u>
2014							
	Exposição			Datas de Refixação / Datas de Maturidade			
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Total	À vista	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	Total
<b>Activo</b>							
Crédito a clientes	107.890.025	22.847.276	130.737.301	4.692.744	2.454.496	15.700.036	22.847.276
<b>Passivo</b>							
Recursos de outras instituições de crédito	(38.000.000)	-	(38.000.000)	-	-	-	-
<b>Extrapatrimoniais</b>							
Interest Rate Swap (valor notional)	(39.350.000)	39.350.000	-	-	10.000.000	29.350.000	39.350.000
	<u>30.540.025</u>	<u>62.197.276</u>	<u>92.737.301</u>	<u>4.692.744</u>	<u>12.454.496</u>	<u>45.050.036</u>	<u>62.197.276</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

A partir de 2009, em virtude da redução significativa das taxas de juro de mercado, os contratos de crédito celebrados com os clientes passaram a ser remunerados na sua generalidade a taxas de juros fixas.

A análise de sensibilidade a alterações nas taxas de juro foi efetuada de forma a determinar o potencial impacto na margem financeira da Sociedade nos exercícios de 2015 e 2014 considerando uma subida/descida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* (bps) assumindo uma deslocação paralela da curva de taxa de juro.

O impacto potencial negativo na margem financeira projetada para 2015 da subida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* ascende a, aproximadamente, 344.527 Euros e 780.399 Euros, respetivamente (539.030 Euros e 1.076.211 Euros, respetivamente, para 2014).

Por sua vez, o impacto potencial positivo na margem financeira projetada para 2015 da descida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* ascende a, aproximadamente, 344.527 Euros e 780.399 Euros, respetivamente (539.030 Euros e 1.076.211 Euros, respetivamente, para 2014).

No cálculo da análise de sensibilidade, não foram tidos em consideração os instrumentos financeiros derivados e foi considerado como pressuposto que os volumes da carteira, embora renovando-se, refletem uma previsão de descida da mesma, fruto da conjuntura sócio-económica que Portugal atravessa.

### Justo valor

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	2015		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
<b>Ativo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	150.251	150.251	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	767.572	767.572	0
Crédito a clientes	130.312.996	130.312.996	0
	<u>131.230.819</u>	<u>131.230.819</u>	<u>0</u>
<b>Passivo</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	(601.013)	(601.013)	0
Recursos de outras instituições de crédito	(37.033.952)	(37.033.952)	0
	<u>(37.634.965)</u>	<u>(37.634.965)</u>	<u>0</u>
	<u>93.595.854</u>	<u>93.595.854</u>	<u>0</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	2014		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
<b>Ativo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	449	449	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	377.726	377.726	0
Crédito a clientes	130.591.125	130.591.125	0
	130.969.300	130.969.300	0
<b>Passivo</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.026.581)	(1.026.581)	0
Recursos de outras instituições de crédito	(41.442.068)	(41.442.068)	0
	(42.468.649)	(42.468.649)	0
	88.500.651	88.500.651	0

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Atendendo a que as taxas aplicáveis são taxas de mercado, a Sociedade considera que a quantia escriturada dos créditos corresponde a uma aproximação razoável do seu justo valor.

Relativamente aos instrumentos financeiros que se encontram refletidos ao custo, devem ser salientados os seguintes aspetos

- Conforme evidenciado acima na secção relativa ao risco de taxa de juro, parte do crédito concedido é remunerado a taxas indexadas à Euribor, com prazos de refixação curtos;
- Conforme evidenciado acima nas secções relativas ao risco de taxa de juro e risco de liquidez, os recursos de outras instituições de crédito, excluindo os descobertos bancários, são remunerados a taxas de juro fixas e apresentam maturidades reduzidas. Adicionalmente, uma parte significativa dos recursos é financiada pela FCA Itália.

### Risco operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda por eventos externos à organização. Para a gestão do risco operacional, encontra-se implementado um sistema central denominado de “*Loss Management*”, que permite a sistematização dos riscos identificados, a sua monitorização e o controlo e mitigação desses riscos. Adicionalmente, a Sociedade reporta trimestralmente à FCA Itália as eventuais perdas operacionais incorridas.

### Risco de compliance

A função de *compliance* está a cargo do *Compliance, Risk & Permanent Control*, sendo a mesma supervisionada pelo Conselho de Administração da Sociedade.



**3.28. GESTÃO DO CAPITAL**

Os procedimentos adotados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais da Sociedade são os que resultam das disposições do Banco de Portugal e da EBA, nomeadamente da aplicação do Regulamento (UE) n.º 575/2013 e da Diretiva 2013/36/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, ambos de 26 de Junho, de aplicação obrigatória em todos os Estados-Membros da União Europeia.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o detalhe do capital regulamentar da Sociedade, bem como os respetivos rácios de capital encontram-se indicados no quadro seguinte:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Capital	10.000.000	10.000.000
Reservas e resultados transitados elegíveis	73.293.828	71.611.555
<b><u>CET 1 Capital</u></b>	<b>83.293.828</b>	<b>81.611.555</b>
<b><u>TIER 1 Capital</u></b>	<b>83.293.828</b>	<b>81.611.555</b>
Instrumentos TIER 2	1.136.460	1.182.643
<b><u>Capital Total</u></b>	<b>84.430.288</b>	<b>82.794.198</b>
Risco de Crédito	90.916.832	94.611.394
Risco Operacional	20.573.113	21.660.050
<b><u>Total RWA</u></b>	<b>111.489.945</b>	<b>116.271.444</b>
Rácio CET1	74,7%	70,2%
Rácio TIER1	74,7%	70,2%
Rácio Total	75,7%	71,2%
<b><u>Requisitos Mínimos de Fundos Próprios</u></b>	<b>8.919.196</b>	<b>9.301.716</b>
<b><u>Excesso de Capital</u></b>	<b>75.511.092</b>	<b>73.492.482</b>

### 3.29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR / PERANTE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontram-se registados pela Sociedade nas rubricas extrapatrimoniais as seguintes relações de compromissos assumidos por e perante terceiros:

	2015	2014
<b><u>Compromissos assumidos por terceiros</u></b>		
Garantias Bancárias recebidas (Nota 3.6)	7.686.205	7.826.500
Outras garantias recebidas (Nota 3.6)	2.109.282	1.893.714
Total de garantias recebidas de clientes	<u>9.795.487</u>	<u>9.720.214</u>
 Linhas de crédito revogáveis (Nota 3.12)	 5.000.000	 11.697.464
<b><u>Compromissos assumidos perante terceiros</u></b>		
Compromissos irrevogáveis (Nota 3.13)	634.250	1.034.250
Garantias Bancárias	0	35.253

### 3.30. PASSIVOS CONTINGENTES

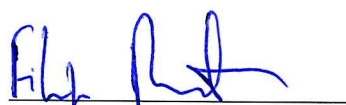
Conforme previsto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Instituições Financeiras a FCA Capital Portugal, IFIC, S.A. é instituição participante no Fundo de Resolução, tendo realizado as contribuições iniciais e as contribuições periódicas anuais de acordo com a legislação e regulamentação aplicável (Nota 3.20). De acordo com o previsto no artigo 15º do Decreto-Lei n.º 24/2013, na eventualidade do Fundo de Resolução ter de financiar a aplicação de medidas de resolução e não dispuser de recursos próprios suficientes para o cumprimento das suas obrigações, o membro do Governo responsável pela área das finanças pode determinar, por portaria, os termos específicos em que são efetuadas contribuições especiais pelas instituições participantes no Fundo, atendendo às necessidades de financiamento emergentes da aplicação da medida concreta.

Tendo sido aplicada uma medida de Resolução ao Banco Espírito Santo em 4 de Agosto de 2014, o Fundo de Resolução prestou o apoio financeiro determinado pelo Banco de Portugal para efeitos de realização do capital social do Novo Banco, no montante de 4 900 milhões de euros. O processo de alienação do Novo Banco está atualmente em curso, sendo que na eventualidade de o produto desta alienação se revelar insuficiente para reembolsar os empréstimos obtidos, o Fundo de Resolução, nos termos do disposto no parágrafo anterior, poderá solicitar contribuições especiais às instituições participantes.

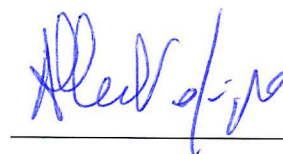
**3.31. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES**

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de FCA Capital Portugal Instituição Financeira de Crédito, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 134.932.269 Euros e um total de capital próprio de 86.314.911 Euros, incluindo um resultado líquido de 3.021.084 Euros), as Demonstrações de Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações no Capital Próprio e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de FCA Capital Portugal Instituição Financeira de Crédito, S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 21 de março de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



António Filipe Dias da Fonseca Brás (ROC nº 1661)

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

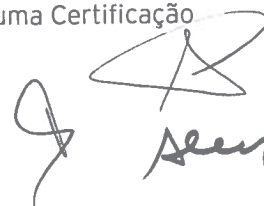
Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de FCA Capital Portugal Instituição Financeira de Crédito, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

No decurso do exercício acompanhámos a atividade da Sociedade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas separadas, preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Sociedade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações de Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Fiscalizámos a revisão de contas dos documentos de prestação de contas da sociedade;
- Fiscalizámos a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do seu trabalho de revisão legal contas o revisor oficial de contas emitiu uma Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.



Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

**Parecer do Conselho Fiscal**

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização da FGA Capital - Instituição Financeira de Crédito, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2015 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos sócios previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2015 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, as Demonstrações de Resultados, do Rendimento Integral, Alterações no Capital Próprio, de Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2015, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 21 de março de 2016

**O Conselho Fiscal da**

**FCA Capital Portugal Instituição Financeira de Crédito, S.A.**



António Jorge Portela Campos  
(Presidente)



Ana Isabel Rodrigues da Silva Marques  
(Vogal)

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas N.º 178  
Representada por:



António Filipe Dias da Fonseca Brás (ROC n.º 1661)  
(Vogal)

**ACTA Nº52**

Aos 21 dias do mês de março de dois mil e dezasseis, pelas doze horas, reuniu, na sua sede social, sita no empreendimento Lagoas Park, edifício 15, piso 2, Porto Salvo, Oeiras, a Assembleia Geral da sociedade FCA CAPITAL, Portugal, Instituição Financeira de Crédito, S.A., com o capital social de onze milhões de euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, com o número de matrícula e de pessoa colectiva 502673478, encontrando-se presente a accionista única FCA BANK, S.p.A, que se fez representar pelo Dr. Alberto Grippo, conforme carta mandadeira que fica arquivada junto deste livro, titular da totalidade do capital social, conforme lista de presenças organizada nos termos do artigo 382º do Código das Sociedades Comerciais, arquivada na pasta de assuntos da Assembleia Geral.--

Foi manifestado pelo representante da accionista única, a vontade de, sem observância das formalidades prévias, se constituísse Assembleia Geral, nos termos do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM – Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício de 2015;-----

PONTO DOIS: Deliberar sobre a aplicação de resultados;-----

PONTO TRÊS: Proceder à apreciação à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;-----

PONTO QUATRO: Proceder à alteração dos artigos 1.º, 12.º, 16.º alínea a), 21.º, 23.º número UM, 24.º e à eliminação do artigo 22.º, todos dos Estatutos;-----

PONTO CINCO: Designação do Fiscal Único e do Suplente.-----

PONTO SEXTO: Aprovar o orçamento para o ano de 2016 e a Estratégia de Risco de Mercado para o mesmo ano;-----

Para além da accionista única esteve presente na Assembleia Geral o Presidente e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral, o Administrador Dr. Alberto Grippo e o membro do Conselho Fiscal Ernst & Young Audit & Associados SROC, S.A.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu então início aos trabalhos entrando no Ponto Um da Ordem de Trabalhos, para o que deu a palavra ao Administrador Alberto Grippo, que fez uma breve apresentação do relatório de gestão e das contas da sociedade relativas ao exercício de 2015, que apresentam um resultado líquido positivo de € 3 021 084,35 (três milhões vinte e um mil e oitenta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos). Após uma curta troca de impressões



o relatório e as contas do exercício de 2015 foram submetidos a votação tendo sido aprovados pela accionista única.-----

De imediato e no seguimento do ponto anterior deu-se início à discussão e votação do Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado pela accionista única aprovar a proposta do Conselho de Administração de aplicar o resultado líquido apurado de € 3 021 084,35 a resultados transitados.-----

Já no âmbito do ponto três da ordem de trabalhos a accionista única pediu a palavra para manifestar o seu apreço sobre a forma como foi conduzida a gestão e a fiscalização da Sociedade durante o exercício de 2015.-----

O Presidente da Mesa deu então a palavra ao Administrador Alberto Grippo que introduziu o Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos tendo referido que o Banco de Portugal havia levantado dúvidas sobre a redacção dada ao art.º 1.º dos Estatutos na alteração que havia sido aprovada a este mesmo artigo dos Estatutos da Sociedade na Assembleia Geral que teve lugar no dia 14 de Dezembro de 2015. Por outro lado, aproveitando a necessidade de alterar a redacção do artigo primeiro dos Estatutos, para satisfazer o solicitado pelo Banco de Portugal e, atendendo a que cessaram os mandatos dos membros do Conselho Fiscal, propõe, agora enquanto representante da accionista única, que órgão de fiscalização da Sociedade passe a ser constituído por um Fiscal Único em vez de por um Conselho Fiscal. Consequentemente, a accionista única propõe a alteração da redacção dos Artigos Primeiro, Décimo Segundo, Décimo Sexto, alínea a), e Vigésimo Primeiro, Vigésimo terceiro, número UM e Vigésimo Quarto e a eliminação do Artigo Vigésimo Segundo dos Estatutos da Sociedade, que passariam a ter a seguinte redacção:-----

#### **“ARTIGO PRIMEIRO**

UM. A sociedade faz parte do grupo FCA Bank, S.p.A., com sede em Itália, no Corso Agnelli em Turim, Itália, adopta a denominação social de **FCA Capital, Portugal, Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, e durará por tempo indeterminado.-----

DOIS. Enquanto a Sociedade for uma filial do FCA Bank S.p.A. em Portugal está obrigada a seguir as instruções que lhe sejam dadas pela sua accionista única, com vista à execução das instruções dadas pelo Banco de Itália àquela mesma accionista única, para salvaguarda da

estabilidade do Grupo FCA Bank, sem prejuízo do cumprimento pela Sociedade do previsto na lei Portuguesa e nas instruções, avisos ou outras comunicações do Banco de Portugal.-----

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

A Assembleia Geral reunirá ainda sempre que o Conselho de Administração ou o Fiscal Único Fiscal o julguem necessário ou quando assim for requerido por accionistas representando, pelo menos, cinco por cento do capital social.-----

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO

Assembleia Geral compete especialmente:-----

a) Eleger a respectiva Mesa, os componentes do Conselho de Administração e o Fiscal Único;-----

b) ...;-----

c) ....-----

#### ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

A fiscalização da sociedade compete a um Fiscal Único designado pela Assembleia Geral por um período de dois anos civis.-----

#### ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

(suprimido)

#### ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

UM. Por iniciativa do Presidente do Conselho de Administração ou do Fiscal Único, poderá haver reuniões conjuntas do Conselho de Administração e do Fiscal Único, sempre que os interesses da sociedade o aconselhem.-----

DOIS. ....-----

#### ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO

As remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único serão fixadas pela Assembleia Geral."-----

Aproveitou para comunicar que as alterações propostas estão sujeitas à prévia autorização do Banco de Portugal. -----

Colocado à votação o ponto Quarto da Ordem de Trabalhos foi deliberado pela accionista única alterar os artigos Primeiro, Décimo Segundo, Décimo Sexto, alínea a), e Vigésimo Primeiro, Vigésimo terceiro, número UM e Vigésimo Quarto e eliminar o Artigo Vigésimo Segundo dos Estatutos da Sociedade, nos termos acima propostos, sem prejuízo da prévia autorização do Banco de Portugal.-----



Em consequência do Ponto Quatro anterior foi deliberado pela accionista única designar como fiscal Único da sociedade para o biénio de 2016 e 2017, a Sociedade Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. (n.º 178), com sede na Av. Da República, n.º 90, 6.º, Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 505 988 283, registada na CMVM sob o n.º 9011, representada por António Filipe Dias da Fonseca Brás, ROC n.º 1661, residente em Sintra, na Rua Agostinho Fernandes, n. 9, Albarraque, natural de Angola, Benguela, casado no regime da comunhão geral de bens com Carla Daniela Cabral da Costa Garcia Brás, e como fiscal suplente Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC n.º 1230, casada no regime da comunhão de adquiridos com Nuno Miguel de Lemos Montes Pinto, residente em Lisboa no campo Grande n.º 156, 10.º, natural da freguesia da Ajuda, Lisboa, titular do cartão de cidadão com o n.º 8539023-28 e contribuinte n.º 187845565.-----

Finalmente o Presidente da Mesa deu a palavra ao Administrador Alberto Grippo que introduziu o Ponto SEIS da Ordem de Trabalhos, tendo este feito uma breve explicação do orçamento para 2016, bem como da estratégia de risco de mercado para o mesmo ano. Submetidos à votação, ambos os documentos foram aprovados pela accionista única.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas doze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa.-----

  
(SECRETÁRIO)



ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA DE 26 DE MARÇO DE 2016

LISTA DE PRESENÇAS DOS ACCIONISTAS

	<u>Acções</u>
FCA Bank, S.p.A.	
Representada por Alberto Grippo	2.000.000

Porto Salvo, 21 de Março de 2016

